





1
ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA



2
EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS




3
IGUALDADE ENTRE
SEXOS E VALORIZAÇÃO
DA MULHER




4
REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL



5
MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES



6
COMBATER A AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS



7
QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE



8
TODO MUNDO
TRABALHANDO PELO
DESENVOLVIMENTO



9
DESENVOLVIMENTO
EQUILIBRADO E EQUIDADE SOCIAL
NO CONLESTE

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

MUNICÍPIOS DO CONLESTE

LINHA-BASE 2000 / 2006

Relatório de Acompanhamento

EXPEDIENTE E CRÉDITOS

IDEALIZAÇÃO

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC e Petrobras:

Cecília Martinez Leal

Diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC

Paulo Roberto Costa

Diretor de Abastecimento da Petrobras

COORDENAÇÃO GERAL E SUPERVISÃO

Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-HABITAT/ROLAC

Erik Vittrup Christensen, Oscar

Fernando Marmolejo Roldan, Fernanda Porto Aranha, Rayne Michelli Ferretti e Daniele Kowalski.

FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Petrobras, por meio do Centro de Informações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Abdo Gavinho, Paula Anastácia de Amorim Santos, Marcelo Honor dos Santos, Carlos Renato Lemos Rodrigues, Isabela Lemos da Costa e Pedro Carlos Lemos da Costa.

PESQUISA, ANÁLISES E DOCUMENTAÇÃO

Universidade Federal Fluminense

FACULDADE DE ECONOMIA

Jorge Britto, Carlos Guanzioli, Alberto Di Sabbato, Ruth Dweck, Cláudio Considera, Leonardo Mulls, Luciano Losenkan, Daniel Ribeiro de Oliveira, Gustavo Abrahão Flores, Felipe Pinheiro, Patrícia Antunes Ferreira

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Jorge Nassim Vieira Najjar, Sueli Camargo Ferreira, Crisostómo Lima do Nascimento, Alexandre Mendes Najjar, Gelcinete Lopes da Silva, Matheus Ribeiro Motta de Almeida, Valéria da Silva Coelho

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

João Batista de Abreu Junior, Luiz Edmundo de Castro, Dante Gastaldoni, Wilson Soares de Magalhães, Denis Augusto Bueno de Camargo, Emily Luizetto de Carvalho, Erika Dallier, Heverton Souza Lima, Leonardo Nascimento, Luiz Guilherme Dias Fernandes, Maria Luiza de Castro Muniz

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Guilherme Borges Fernandez, Raúl Sánchez Vicens, Reiner Olíbano Rosas, Eduardo Manoel Rosa Bulhões, Felipe Mendes Cronenberg, Thais Baptista da Rocha, Natalie Chagas Slovinski, Felipe Pires do Rio Mazur, Thais Dornellas

INSTITUTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE

Edna Massae Yokoo, Hélia Kawa, Luciana Tricai Cavallini, Ana Paula Costa Resendes, Andreia Sobral de Almeida

NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS HABITACIONAIS E URBANOS

Regina Bienenstein, Fernanda Sánchez, Cássio de Almeida Freitas, Daniela Vieira do Amaral Correia, Eptácio Pandia Dias Reis, Carolina da Costa Leal, Daiane Santos Silva Viana, Luiz Eduardo Souza de Lima, Núbia Vitória Marquez Maruad Fe da Cruz

GERÊNCIA FINANCEIRA

Fundação Euclides da Cunha (FEC)

PROJETO GRÁFICO

Instituto de Arte e Comunicação Social – IACS/UFF, Laboratório de Livre Criação
Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento

REVISÃO

Fernanda Porto Aranha

IMPRESSÃO

Gráfica Minister

ISBN: 978-92-1-132093-0

ISBN (Série): 92-1-131407-0
HS/1127/09S

AGRADECIMENTOS

Os responsáveis pelo Projeto gostariam de agradecer às seguintes instituições pela colaboração gentil na elaboração deste boletim: IBGE; Fundação CIDE; DATASUS; IPEA; INEP; UNISYS/DATAMEC; AMPLA; Águas de Niterói; CEDAE; AMAE; SAAE - CA.

Nosso reconhecimento pela inestimável contribuição nesse projeto ao Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Prof. Roberto de Souza Salles; à diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ONU-HABITAT/ROLAC), Dra. Cecília Martínez Leal; a Francesca Piló (ONU-HABITAT); ao diretor executivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE), Dr. Álvaro Adolpho Tavares dos Santos; a Abdo Gavinho (Petrobras); a Ivan Dantas Mesquita Martins (Engenharia IIEABAST/IEPQF - Petrobras); ao Dr. Ricardo Friede (UNISYS/DATAMEC), ao Prof. César Von Dollinger, Fundação Euclides da Cunha (FEC), às equipes das prefeituras e à população dos municípios do CONLESTE (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá).

PREFÁCIO

O COMPERJ E O CONLESTE – DESAFIOS PARA A REGIÃO

A iniciativa da Petrobras de realizar investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí, trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região.

Neste contexto, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense – CONLESTE – surge como o instrumento de parcerias e de alianças intermunicipais, para propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos do COMPERJ e minimizar seus aspectos negativos. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos onze municípios que o conformam.

Na região do CONLESTE, os impactos positivos do COMPERJ podem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), desde que sejam implementadas políticas públicas a partir de uma agenda integrada que norteie ações nos níveis local e regional.

A PETROBRAS E O PACTO GLOBAL DA ONU

Em sua trajetória, a Petrobras se destaca como pioneira ao aderir aos princípios do Pacto Global da ONU e assumir compromissos para que os Objetivos e as Metas do Milênio - estabelecidos por países-membros das Nações Unidas - orientem sua política



de responsabilidade social empresarial.

Seguindo esses princípios, a Petrobras cria o Centro de Informações do COMPERJ como modelo inovador na gestão inclusiva do conhecimento. Este centro será responsável pela produção e disseminação de informações e de dados nas áreas ambiental, habitacional, social, educacional, econômica e de saúde, fornecendo insumos para a formulação de políticas públicas na região.

O PROJETO DE OBSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO COMPERJ SOBRE OS ODMs NA REGIÃO

Em consonância com o Pacto Global, a Petrobras implementa um projeto pioneiro no mundo: o monitoramento dos impactos de sua atividade industrial sobre os ODMs na região do CONLESTE. Este projeto é realizado em parceria entre o Centro de Informações do COMPERJ, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), tendo como objetivo a constituição de um banco de dados georeferenciado com informações socioeconômicas e ambientais sobre a região, assim como o desenvolvimento de competências locais e regionais.

Por meio de relatórios semestrais, o projeto acompanha os indicadores do Milênio, observando a evolução das cadeias produtivas instaladas na região, o fluxo escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, de mortalidade infantil, de doenças de maior incidência e de violência, a evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas de preservação ambiental.

O fortalecimento das competências

locais está sendo realizado por meio de cursos de capacitação em geoprocessamento para os gestores dos onze municípios. Além disso, será implementado na região o Prêmio de Boas Práticas de Desenvolvimento Sustentável, que pretende identificar, promover e divulgar os projetos de maior relevância para a melhoria das condições de vida da população desses municípios.

Espera-se que este boletim, que mapeia os indicadores do Milênio entre os anos 2000 e 2006, sirva de referência aos governos e instituições do CONLESTE para a elaboração de políticas públicas socioeconômicas e ambientais, capazes de inserir a região em um processo de desenvolvimento sustentável acompanhado da redistribuição de renda e da erradicação da pobreza.



NOTA SOBRE O PROJETO GRÁFICO

Os coletivos humanos tendem a se organizar em torno de necessidades pontuais e efêmeras, o que torna o fenômeno urbano algo múltiplo, complexo e polifônico. O projeto gráfico elaborado procura reproduzir essa multiplicidade, que é a vida fervilhante dos coletivos, nas pinceladas irregulares e cheias de textura. Enquanto isso, aponta, nos quadrados transparentes e coloridos, para a disciplina do estudo presente, que procura, por meio de objetivos e indicadores, descobrir e ordenar padrões que norteiem o crescimento sustentável dos municípios estudados.

Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento
LABORATÓRIO DE LIVRE CRIAÇÃO
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
ODM 1 ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME	08
ODM 2 UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL.....	10
ODM 3 PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES	14
ODM 4 REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA	17
ODM 5 MELHORAR A SAÚDE MATERNA	19
ODM 6 COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS	21
ODM 7 GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	23
ODM 9 ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE.....	26

INTRODUCTION

This bulletin presents a mapping of the cities comprised by CONLESTE¹ between the years 2000 and 2006, which provides a picture of the scenario before the official announcement of the implementation of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro – COMPERJ/Petrobras in Itaboraí. It aims at establishing a baseline for the monitoring of the impacts of this industrial complex on the Millennium Development Goals – MDGs – in the 11 cities of the consortium.

Between November 2007 and March 2008, a participative process of adaptation of the MDGs, their respective targets and indicators took place in CONLESTE, which has resulted in the establishment of 8 Objectives, 23 Targets and 58 Indicators. In this process, it was agreed that MDG 8, related to: “establishing a world partnership for development” was not applicable to this project. An additional Goal, MDG 9, was formulated as follows: “accelerating the process of local development, with the reduction of inequalities in the region of CONLESTE”.

The system composed by 58 indicators, validated between specialists from UN-HABITAT and from the following faculties at Fluminense Federal University (UFF) - Faculty of Education, Institute of Community Health, Institute of Geosciences, Faculty of Economy,

Center for Habitation and Urban Studies and Projects – with the participation of local authorities of CONLESTE, was organized based on the following criteria:

- *maintenance or closest approximation to the indicators suggested by the UN*
- *selection of indicators directly related to the target (sensitive to changes required by the target)*
- *selection of indicators which may be periodically updated, preferably annually and with data available from 1990*
- *use of well-established databases and methodologies*

The team at the Institute for Art and Communication (IACSI/UFF) has documented – through photographs and videos – the process which involved 65 meetings, with the presence of local governments from the eleven cities of CONLESTE, institutions responsible for official data and information (IBGE, CIDE, DATASUS, INEP, UNYSIS-DATAMEC, IPEA, among others), Municipal Commissions for Work and Income, Chambers of Commerce, researchers from UFF and specialists from UN-HABITAT.

Based on this framework of socio-economic and environmental indica-

tors, this bulletin presents the results obtained by this Project for the years 2000 to 2006 - baseline for the monitoring of the impacts of COMPERJ on the MDGs in this region. This publication is a shared effort by the COMPERJ Information Center, Fluminense Federal University and UN-HABITAT, and we are confident to have in our hands an instrument for diagnosis with qualified and relevant information to assist governments and institutions of CONLESTE in the planning and execution of their actions, aiming at promoting local and regional sustainable development. The focal point of the Project is the full right to the city, which presupposes the eradication of poverty and overall improvement in the quality of life of inhabitants of the cities of CONLESTE, in conformity with the MDGs and the principles of UN's Global Compact.

¹ CONLESTE – the Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – is conformed by the following cities: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Tangará e Silva Jardim.

INTRODUÇÃO

Este boletim apresenta o mapeamento dos municípios do CONLESTE entre os anos 2000 e 2006 que permitirá conhecer o cenário anterior ao anúncio oficial da implantação do empreendimento COMPERJ. Representa uma referência temporal, constituindo uma linha base para o monitoramento dos impactos do empreendimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs - nos onze municípios.

Durante os meses de novembro de 2007 a março de 2008, foi realizado um processo participativo de adaptação dos Objetivos, dos Indicadores e das Metas do Milênio para a região do CONLESTE, que culminou com o estabelecimento de 8 Objetivos, 23 metas e 58 indicadores. Neste processo, foi acordado que o Objetivo 8, relacionado a: "estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento" não se aplica ao escopo do projeto. Um objetivo adicional, o ODM 9, foi elaborado e enunciado como se segue: "acelerar o processo de desenvolvimento local com redução de desigualdades na região do CONLESTE".

O sistema composto por 58 indicadores, validados entre a equipe de UN-HABITAT e as seguintes equipes da UFF - Faculdade de Educação, Instituto de Saúde da Comunidade, Instituto de Geociências, Faculdade de Economia, Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) - com

a participação de gestores locais do CONLESTE, foi organizado a partir dos seguintes critérios:

- Manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU;
- Seleção de indicadores diretamente relacionados à meta (sensíveis às mudanças requeridas pela meta);
- Seleção de indicadores passíveis de atualização periódica, preferencialmente anuais e com série histórica disponível a partir de 1990;
- Utilização de bases de dados e metodologias consolidadas.

A equipe do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS/UFF) documentou por meio de fotografias e vídeos o processo das 65 reuniões de trabalho, nas quais participaram os poderes públicos dos onze municípios que conformam o consórcio, as instituições que elaboram e sistematizam dados e informações (IBGE, CIDE, DATASUS, INEP, UNYSIS-DATAMEC, IPEA, entre outras), as Comissões Municipais de Emprego e Renda, algumas Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), os pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e os especialistas do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos UN-HABITAT.

O princípio norteador do projeto é o direito pleno à cidade, que pressupõe

a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios do CONLESTE, em consonância com os ODMs e com os princípios do Pacto Global da ONU.



1

ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA

ODM 1

ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Meta 1A Reduzir a um quarto entre 2000 e 2012 a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal.

Indicadores:

- Participação dos 20% mais pobres da população na renda dos municípios
- Distribuição das pessoas abaixo da linha da pobreza

Os impactos do COMPERJ e o acompanhamento da evolução do número de famílias que pertencem às faixas de renda mais baixas nos municípios do CONLESTE permitirão estabelecer indicadores de redução da pobreza e de desigualdade de rendimentos. Para calcular a renda da população e, conseqüentemente, estimar a pobreza, utilizou-se a variável renda do Censo Demográfico IBGE do ano 2000. Para os anos posteriores (2001-2006), foi feita uma extrapolação com base na variação do PIB de cada um dos 11 municípios.

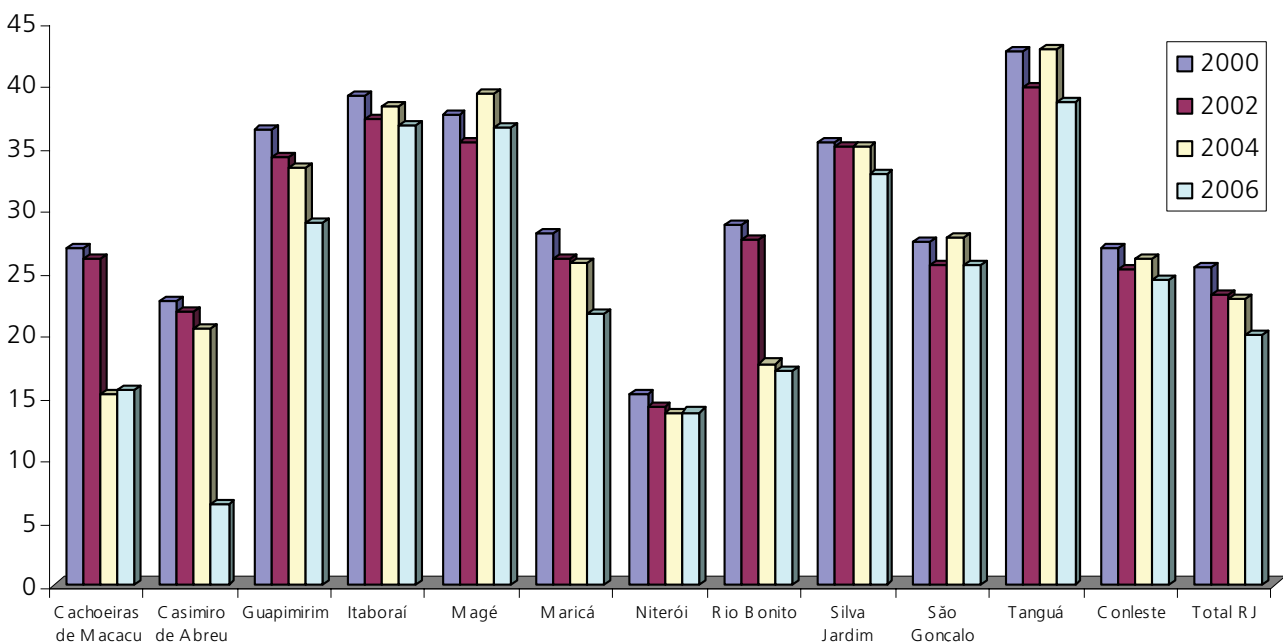
Em termos do CONLESTE como um todo, a região demonstrava possuir relativamente mais pobres do que o Estado do Rio de Janeiro. Destacam-se os municípios de Casimiro de Abreu e Niterói com os menores índices de pobreza da região, e, do lado oposto, os piores índices foram verificados em Itaboraí, Magé, Silva Jardim e Tanguá.

Para análise das condições de pobreza foi utilizado o critério definido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que estabelece para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes valores para definir a linha da pobreza: R\$117,34 para a região metropolitana, R\$99,56 para a região urbana e R\$89,61 para região não-urbana (valores em reais do ano 2000).

Os municípios do CONLESTE apresentavam, em 2006, mais pobres do que o Estado do Rio de Janeiro (24,30% e 19,99%, respectivamente). Itaboraí (36,70%), Magé (36,61%), Silva Jardim (32,76%) e Tanguá (38,63%) revelaram os maiores índices de pobreza da região, com valores superiores em 10 pontos percentuais ao do Estado do Rio e ao do CONLESTE. Os municípios de Maricá (21,71%) e São Gonçalo (25,61%) apresentaram indicadores parecidos ao do Estado e ao do CONLESTE. As cidades com o menor número de pobres da região foram Cachoeiras de Macacu (15,60%), Casimiro de Abreu (6,49%), Niterói (13,78%) e Rio Bonito (17,12%), com destaque para os municípios de Casimiro de Abreu e Niterói que apresentaram um indicador bem abaixo ao do Estado e do CONLESTE.

Com relação à evolução deste indicador entre os anos de 2000 e 2006, percebe-se uma tendência de queda no nível de pobreza dos municípios em análise, acompanhando a tendência observada no Brasil. Contudo, apesar da evolução positiva neste período, verifica-se ainda grande distância entre a realidade do CONLESTE e a meta de reduzir, até 2012, a proporção da população abaixo da linha da pobreza.

Distribuição da população abaixo da linha da pobreza



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e da PNAD (IBGE)

**2**

**EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS**

ODM2

UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

META 3A Garantir que, até 2012, as crianças de todos os municípios do CONLESTE, independentemente de cor/raça, concluem o Ensino Fundamental.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 7 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino.
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 7 a 14 anos de idade.
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental
- Taxa de matrícula por sexo no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção sexo / conclusão no Ensino Fundamental

META 3B Garantir a ampliação da cobertura no Ensino Médio.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Médio
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio
- Taxa de matrícula por sexo no Ensino Médio
- Taxa de distorção sexo / conclusão no Ensino Médio

META 3C Garantir a ampliação da cobertura na educação técnica profissional.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas por grupos de idade nos cursos de educação técnica profissional em nível médio, segundo o sexo
- Taxa de distorção idade / conclusão dos alunos dos cursos de educação técnica profissional em nível médio
- Taxa de permanência dos alunos do Centro de Integração do COMPERJ por curso, município e nível de escolaridade

O acesso ao ensino fundamental na região do CONLESTE é hoje praticamente universalizado. Contudo, a retenção e a evasão escolar têm inviabilizado que muitos percorram o fluxo escolar de maneira adequada. Assim, os indicadores referentes à defasagem² em termos de idade e sexo para diferentes etapas do ensino refletem os principais problemas existentes na escola. A fim de garantir a meta de universalização do ensino fundamental e ampliação do ensino médio, é necessário implementar políticas efetivas tanto de acesso quanto de permanência na escola nessas duas etapas do ensino.

Com relação à taxa de masculinidade, observa-se que o acesso de homens e mulheres ao ensino fundamental não apresenta discrepâncias, embora esta mesma taxa mostre grande distorção entre os sexos quanto à conclusão deste nível de ensino. Para dar conta das metas deste ODM, serão necessárias políticas específicas para a manutenção dos alunos do sexo masculino no inte-

rior da escola. Da mesma forma que o observado no ensino fundamental, a região precisará de grande esforço para melhorar o fluxo educacional no ensino médio, buscando equacionar o problema das reprovações, primeira causa de retenção.

Há de se atentar que o potencial aumento da demanda ocasionado pela implantação do COMPERJ pode, se não for desde já equacionado pelo Poder Público, trazer sérias consequências para as redes de ensino médio, pela carência de professores e prédios escolares.

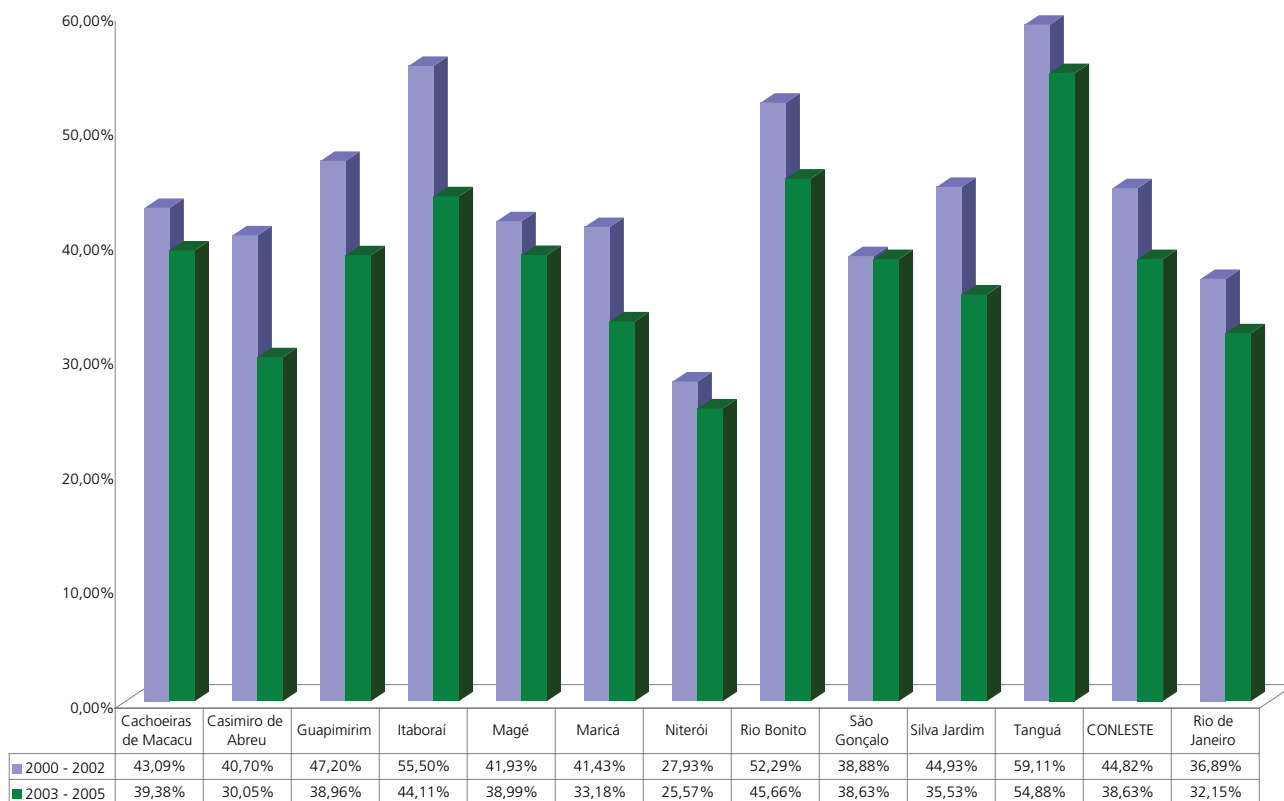
Os indicadores referentes à educação técnica-profissional estão relacionados com os cursos de capacitação profissional oferecidos pelos Centros de Integração do COMPERJ, e estão sendo monitorados a partir do primeiro semestre de 2008, e, portanto, ainda não fazem parte desta análise.

A taxa de distorção idade/conclusão no ensino fundamental apresenta grande oscilação no período de 2000-2006.

Entretanto, pode-se identificar uma ligeira tendência de baixa, com uma discreta reversão nos últimos anos da série histórica. Há grande variação entre os municípios do CONLESTE, o que pode ser verificado com as taxas referentes a Niterói e a Tanguá, nos 2 extremos da defasagem de idade e conclusão. Vale destacar que a taxa de distorção do CONLESTE é superior à do Estado do Rio de Janeiro, apesar da diferença ter diminuído cerca de 2% na comparação entre o primeiro período (2000-2002) e o segundo período (2003-2005). Portanto, apesar de algumas melhorias identificadas na região, faz-se necessário diminuir essa distorção com políticas de melhoria da qualidade social da educação e correção do fluxo escolar.

Já os dados referentes à distorção idade/conclusão no ensino médio apresentam grande variação, não permitindo traçar uma tendência clara para a região. Apesar da taxa média do CONLESTE permanecer praticamente no mesmo nível entre os dois períodos

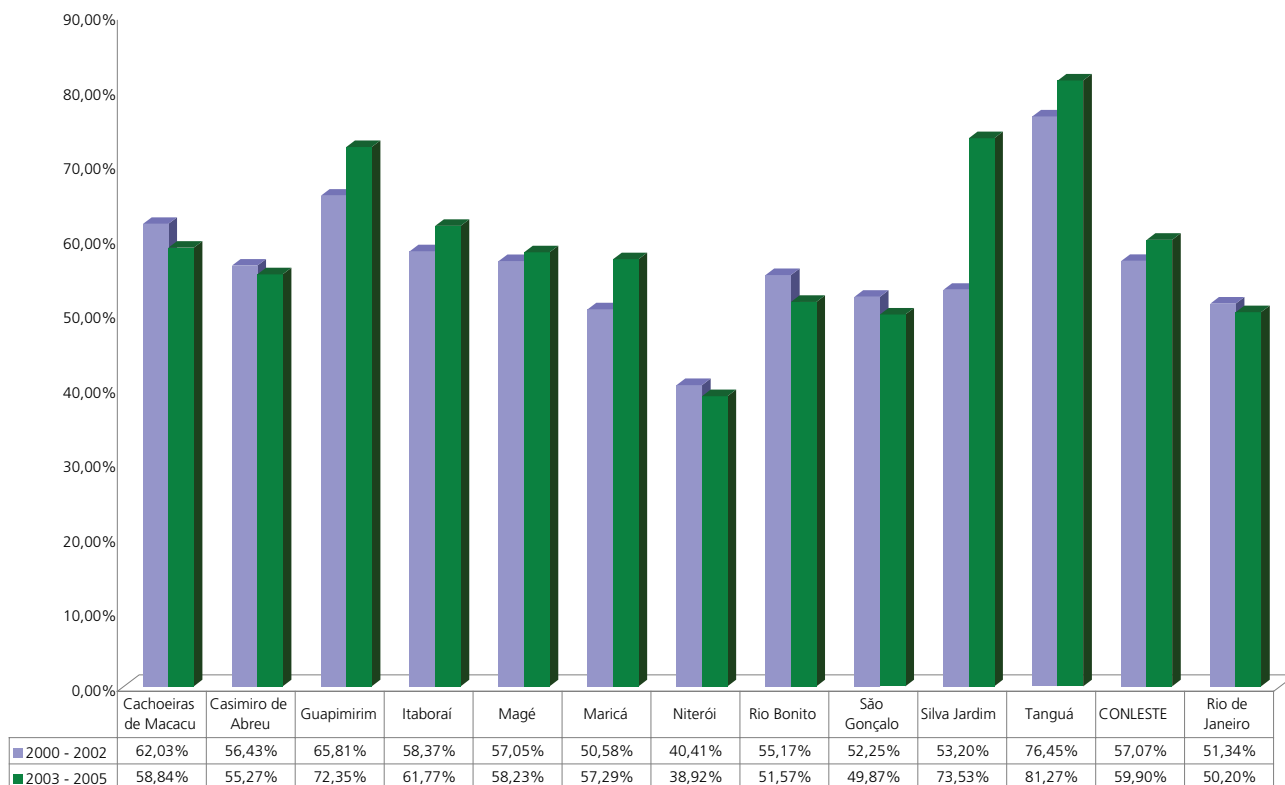
Distorção idade/conclusão do Ensino Fundamental



Fonte: INEP

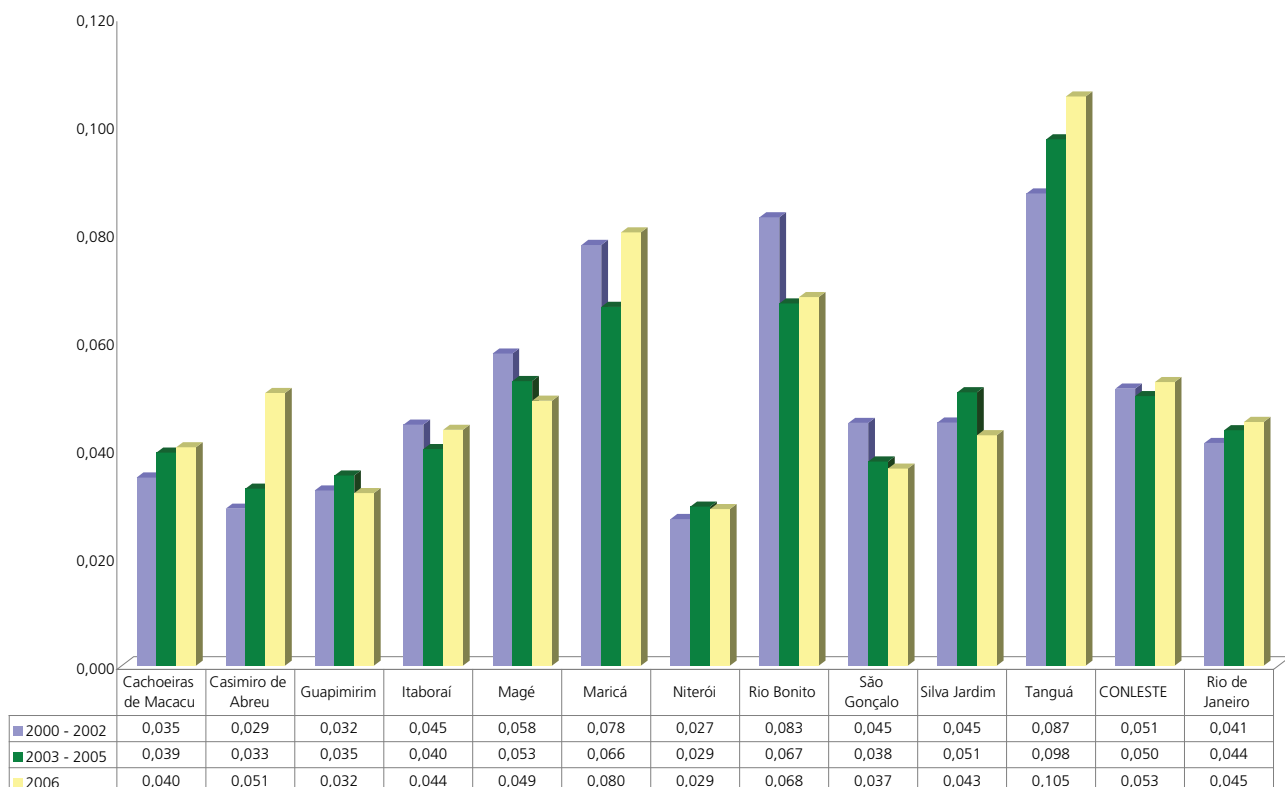
² Esta defasagem de idade e sexo é medida em termos das chamadas taxas de distorção. A distorção idade/série refere-se à diferença entre a idade real dos alunos matriculados ou concluintes de determinada série escolar e aquela esperada para tal ano baseado no fluxo escolar normal (sem repetência). Com relação ao sexo dos alunos, chama-se taxa de masculinidade a diferença entre alunos e alunas matriculados ou concluintes de determinada série escolar dividida pelo número de alunos do sexo masculino.

Distorção idade/conclusão no Ensino Médio



Fonte: INEP

Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Fundamental



Fonte: INEP

considerados, vale notar a grave elevação da defasagem de idade dos alunos que concluem o Ensino Médio no município de Silva Jardim.

Ao comparar esta distorção com aquela observada na conclusão do Ensino Fundamental, pode-se identificar que a defasagem de idade no Ensino Médio é, no geral, significativamente superior à distorção no Ensino Fundamental. Isto demonstra que esta distorção não é causada apenas pelo ingresso tardio nesse nível de ensino, mas também pela retenção existente em seu interior. Vale destacar que a taxa média de distorção de idade / conclusão do CONLESTE é superior à apresentada pelo Estado do Rio de Janeiro.

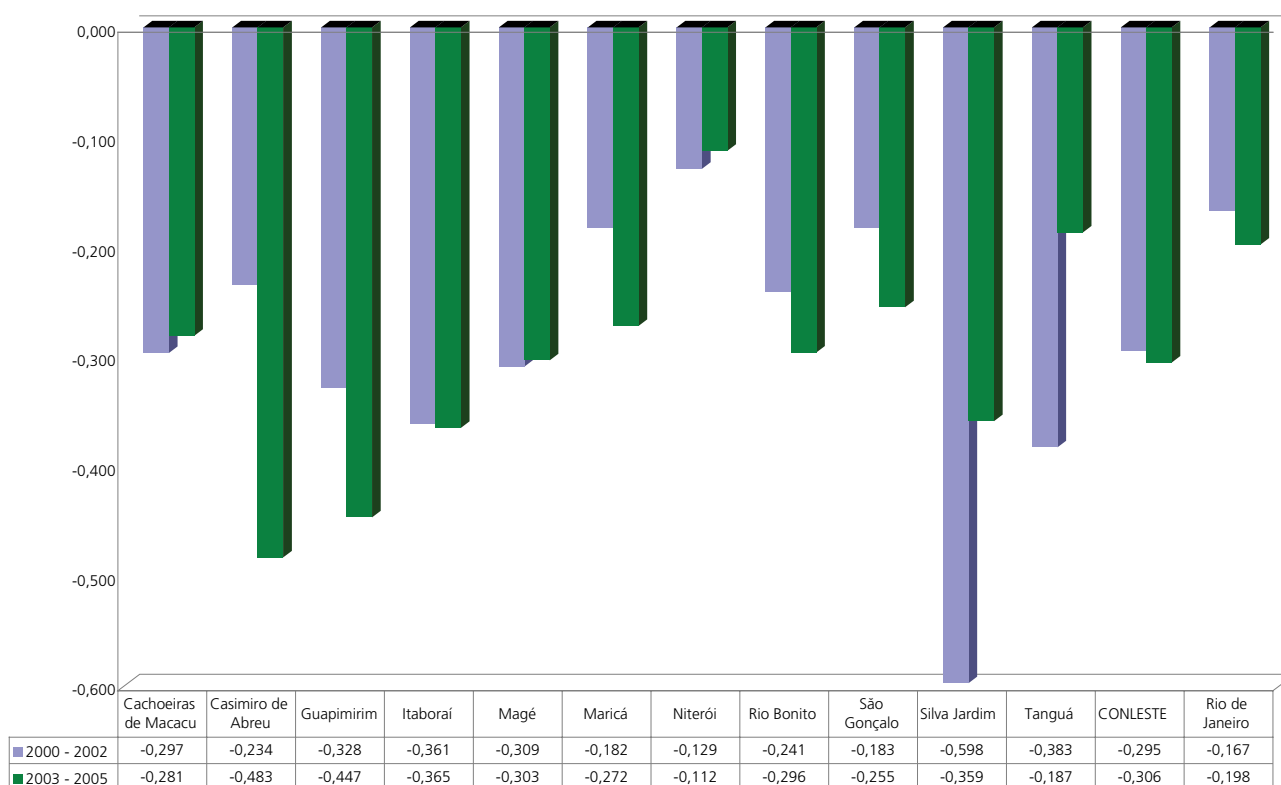
Quanto ao indicador de masculinidade no ensino fundamental, as taxas positivas observadas no gráfico anterior indicam o maior número de alunos do sexo masculino entre os matriculados no Ensino Fundamental. Esta preponderância de alunos do sexo masculino, apesar de não ser uma diferença muito significativa, demonstra a maior retenção dos meninos, em comparação com

as meninas, quando se compara a masculinidade na matrícula em contraste com a mesma taxa na conclusão. Isto significa dizer que mais alunos que alunas ficam reprovados ou sofrem evasão escolar. Com relação à variação temporal, não há diferenças significativas entre os períodos pesquisados. Também não há uma variação significativa entre as médias do CONLESTE e do Estado do Rio de Janeiro.

Já as taxas negativas de masculinidade dos concluintes do Ensino Fundamental no período 2000-2006, observadas em todos os municípios do CONLESTE, revelam a presença preponderante de pessoas do sexo feminino nesta etapa do fluxo escolar. Tais dados devem ser analisados levando-se em consideração o indicador anterior, que apresenta a preponderância de alunos do sexo masculino nas matrículas desse nível de ensino. Isso indica uma maior taxa de retenção e evasão escolar por parte dos meninos, que acabam não completando o Ensino Fundamental. Vale notar que a taxa média do CONLESTE traz uma distorção

entre meninos e meninas na conclusão do Ensino Fundamental maior do que a taxa média do Estado do Rio de Janeiro.

Taxa de masculinidade dos concluintes do Ensino Fundamental



Fonte: INEP



IGUALDADE ENTRE
SEXOS E VALORIZAÇÃO
DA MULHER

ODM3

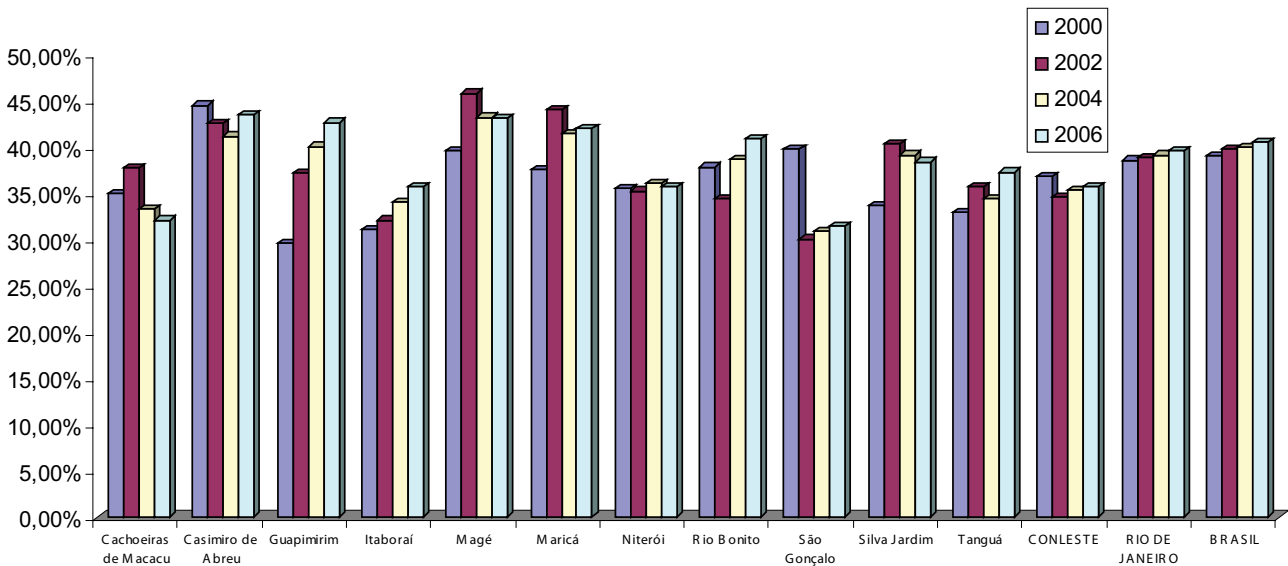
PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Meta 4A Reduzir pela metade a defasagem salarial entre gêneros até 2012.

Indicadores:

- Participação feminina no mercado formal de trabalho e no perfil de trabalhadores admitidos e desligados nos municípios do CONLESTE
- Diferencial de remuneração por gênero e grau de instrução para diferentes setores de atividade

Participação feminina no mercado de trabalho formal (percentual)



Fonte: RAIS (MTE)

Este ODM trata da igualdade entre os sexos que, apesar de assegurada na constituição brasileira, ainda não é uma realidade na prática se consideramos as grandes disparidades existentes em diversas áreas da sociedade.

No escopo deste Objetivo, os indicadores propostos visam acompanhar a participação feminina no mercado de trabalho da região para o período de 2000 a 2006, bem como a diferença de remuneração entre homens e mulheres, no contexto de monitorar a evolução da meta de igualdade entre os gêneros.

Considerando a média anual do período 2000-2006, observa-se que a participação feminina no mercado formal de trabalho na região do CONLESTE era ligeiramente inferior (35,7%) à do Estado do Rio de Janeiro (39,1%) e ao total do país (39,9%). Os municípios que se destacaram pela maior presença de mulheres no mercado de trabalho entre 2000-2006 foram Magé, Casimiro de Abreu e Maricá. Já dentre os municípios nos quais esta participação era relativamente menor encontravam-se Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo e Itaboraí. Em termos do comportamento da taxa de participação feminina no período 2000 - 2006, Guapimirim, Itaboraí e Silva Jardim destacam-se como os municípios nos quais a participação feminina mais se elevou, enquanto que essa participação experimentou uma redução mais pronunciada nos muni-

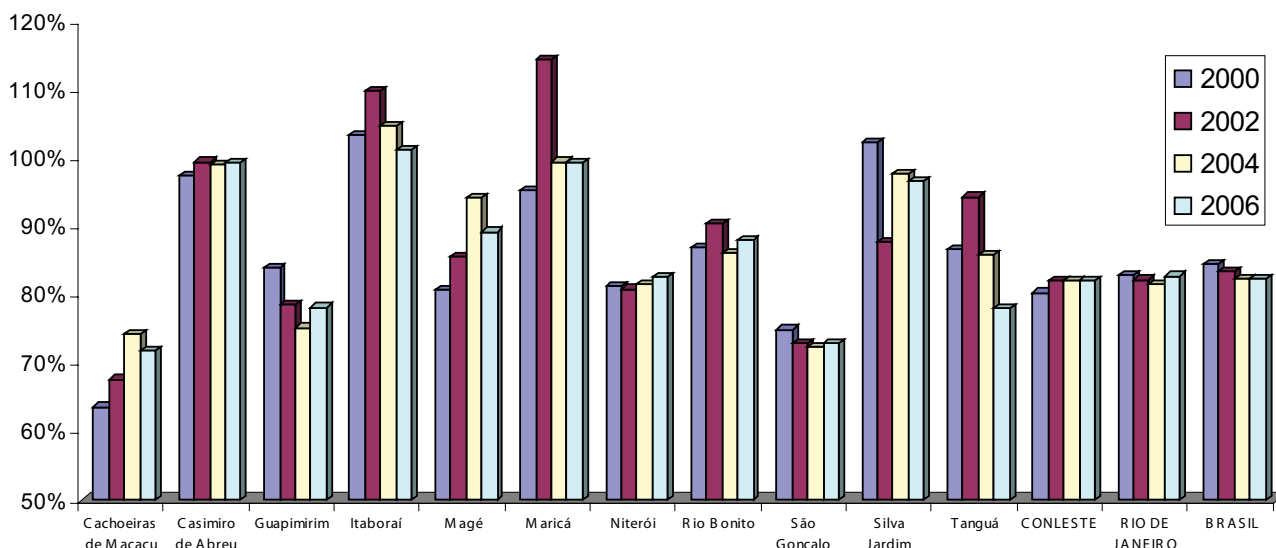
cípios de Cachoeiras de Macacu e São Gonçalo.

O indicador de diferencial de remuneração feminina diz respeito à diferença entre a remuneração de mulheres e homens para o mesmo posto de trabalho. Para a média do período 2000-2006, a remuneração média mensal feminina na região (R\$ 654) apresentava valores bastante inferiores ao observado para o conjunto do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 825) e do país (R\$ 947).

Ao longo do período 2000-2006, verifica-se que o crescimento da remuneração feminina na região do CONLESTE (79%) foi expressivamente superior ao observado para o Estado do Rio de Janeiro (60,4%) e para o país (63,2%). Quando se considera a relação entre a remuneração média feminina e a masculina no CONLESTE entre 2000 e 2006, observa-se que esta relação atinge 80,7%, o que significa que a remuneração média das mulheres na região equivalia a 80,7% da dos homens para o mesmo cargo. Este valor era inferior ao observado para o total do Estado do Rio de Janeiro (93,9%) e superior ao observado no país (71,7%), indicando uma defasagem salarial entre mulheres e homens ligeiramente mais acentuada na região.

Neste mesmo período, a relação entre as remunerações feminina e masculina cresceu mais para o conjunto dos municípios do CONLESTE (2,2%)

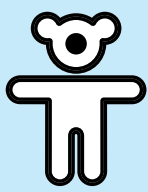
Diferencial de remuneração feminina



Fonte: RAIS (MTE)

do que para o Estado (1,6%) e para o país (-4,1%), indicando um processo de redução da defasagem salarial nesta região. Dentre os municípios do CONLESTE, aqueles nos quais esta relação apresentava um valor mais elevado, com menor defasagem entre os sexos, eram Itaboraí (101,5%), Maricá (100,9%) e Casimiro de Abreu (96,9%), enquanto uma relação mais baixa era

observada em Guapimirim (78,6%), São Gonçalo (73,2%) e Cachoeiras de Macacu (69,5%). Por outro lado, em termos de evolução da defasagem salarial, os municípios com comportamento mais positivo no período 2000 - 2006 foram Cachoeiras de Macacu, Magé e Maricá, enquanto esta relação experimentou uma queda mais pronunciada em Silva Jardim, Guapimirim e Tanguá.



4

REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL

ODM4

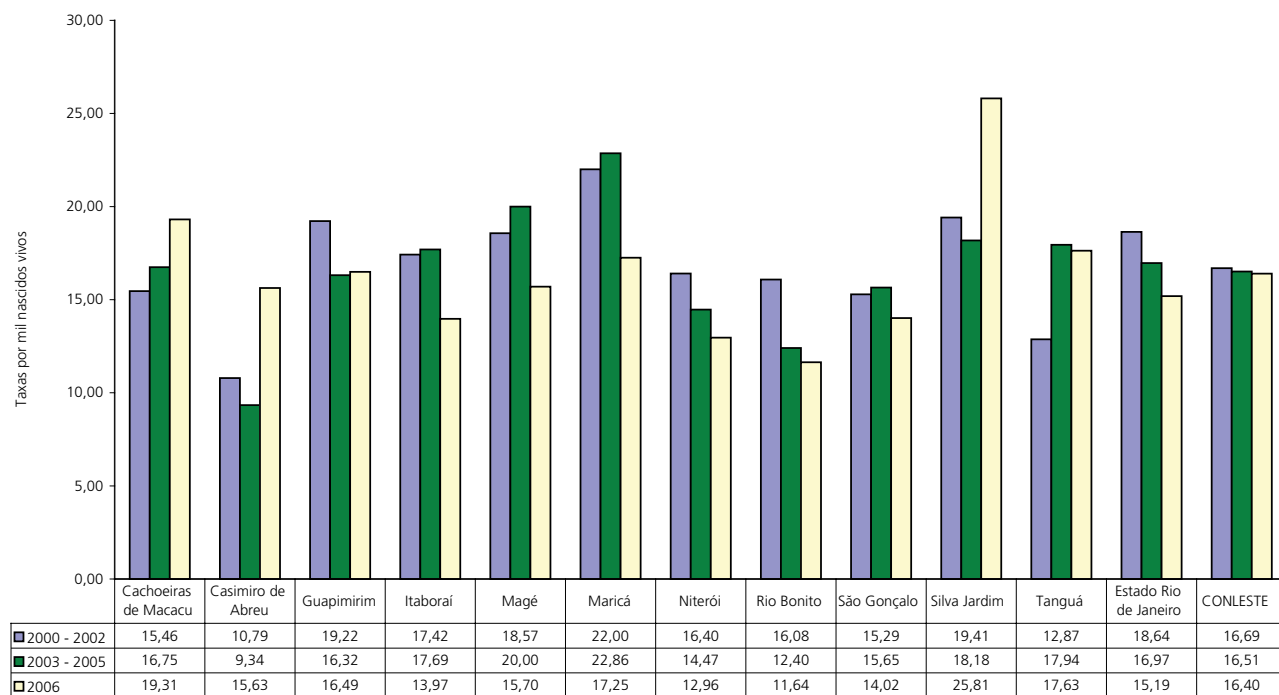
REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

META 5A Reduzir em dois terços entre 2000 e 2012 a mortalidade de crianças menores de 5 anos, nos municípios do CONLESTE

Indicadores:

- Taxa de mortalidade em menores de 5 anos e mortalidade proporcional entre menores de 5 anos, segundo grupos de causas
- Taxa de mortalidade infantil e mortalidade proporcional segundo grupos de causas e grupos de idade (0 a 6 dias, 7 a 27 dias, 28 a 364 dias)
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de 5 anos nos municípios do CONLESTE

Mortalidade infantil nos municípios do CONLESTE



Fonte: SIM / SINASC / DATASUS

Neste ODM, destaca-se o indicador referente à mortalidade infantil, que estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De um modo geral, este indicador expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade neste grupo etário.

Segundo a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), entre os municípios do CONLESTE, de 2000 a 2002, Maricá é classificado como de nível intermediário (de 20 a 49 óbitos em menores de um ano por mil nascidos vivos) e os demais municí-

pios como de nível baixo (menos que 20 óbitos por mil nascidos vivos). Porém, Guapimirim e Silva Jardim apresentam taxas acima da média do Estado e da região neste período. No período seguinte, de 2003 a 2005, Maricá, Magé, Itaboraí, Silva Jardim e Tanguá apresentam índices acima das médias do Estado e da região. Em 2006, Silva Jardim se destaca com a taxa mais elevada de todo o período, muito acima da região e do Estado. Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Maricá e Tanguá também apresentam taxas mais altas em relação à região e ao Estado. Para todo o intervalo, a média regional e do Estado apresentam uma tendência descendente das taxas de mortalidade infantil.



5

MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES

ODM5

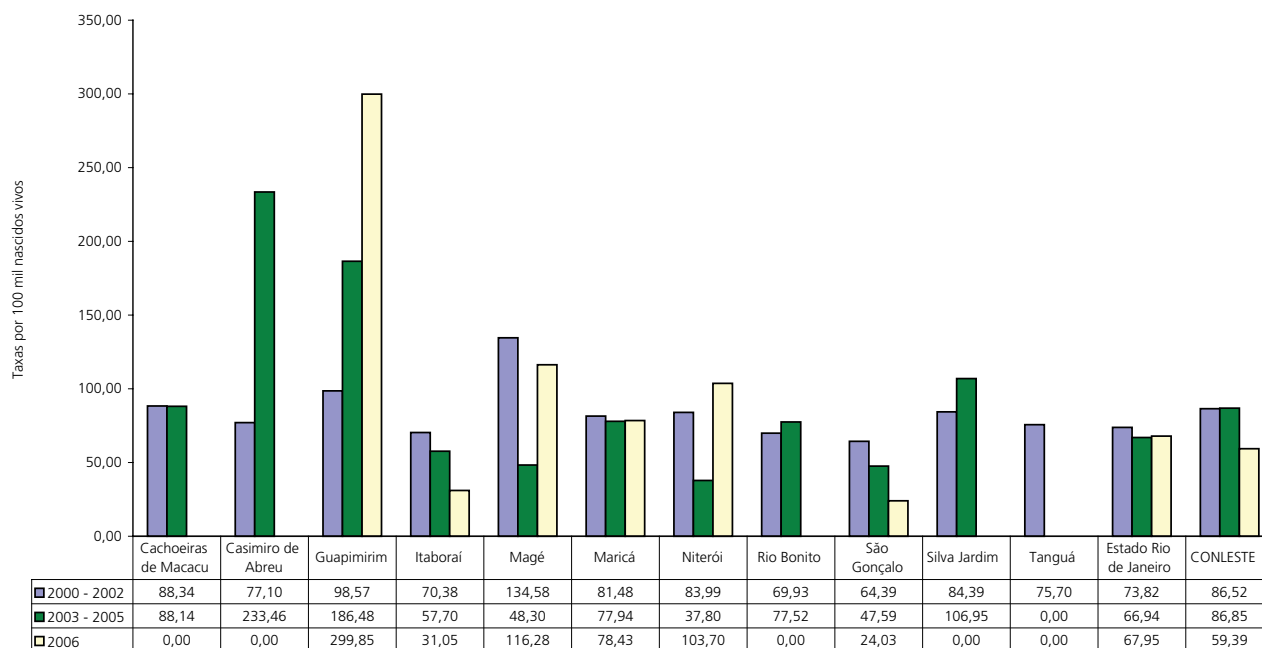
MELHORAR A SAÚDE MATERNA

META 6A Reduzir em três quartos entre 2000 e 2012 a taxa de mortalidade materna, nos municípios do CONLESTE

Indicadores:

- Taxa de mortalidade materna e proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas nos municípios do CONLESTE
- Proporção de tipos de partos (vaginal ou cesárea) assistidos por profissionais de saúde nos municípios do CONLESTE

Mortalidade materna nos municípios do CONLESTE



Fonte: SIM / SINASC / DATASUS

A mortalidade materna pode ser considerada um excelente indicador de saúde, não só da mulher, mas da população em geral, refletindo importantes desigualdades sociais em saúde.

Esta taxa reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher. Taxas elevadas estão associadas à baixa qualidade na prestação de serviços de saúde durante os períodos de gravidez e após o parto (puerpério), contribuindo na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico.

Para o conjunto dos municípios do CONLESTE, no período 2000-2006, a taxa de mortalidade materna manteve um padrão irregular e os índices ficaram acima da média do Estado durante todo o período. De 2000 a 2002, observam-

se taxas maiores do que a média do CONLESTE em Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Magé, sendo que este último apresenta taxa aproximadamente 1,6 vezes maior do que a da região. Entre 2003 e 2005, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu apresentam os índices mais elevados tanto em relação à média do CONLESTE quanto à do Estado. Em 2006, a região do CONLESTE como um todo e a maioria dos municípios apresentaram redução nas taxas de mortalidade materna, com exceção de Guapimirim, Magé e Niterói. Ressalta-se que, no período analisado, Guapimirim apresentou uma tendência de aumento da taxa de mortalidade materna.



6

**COMBATER A AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS**

ODM6

COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

META 7A Até 2012 reduzir a incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE

META 7B Até 2012 reduzir a incidência de AIDS nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

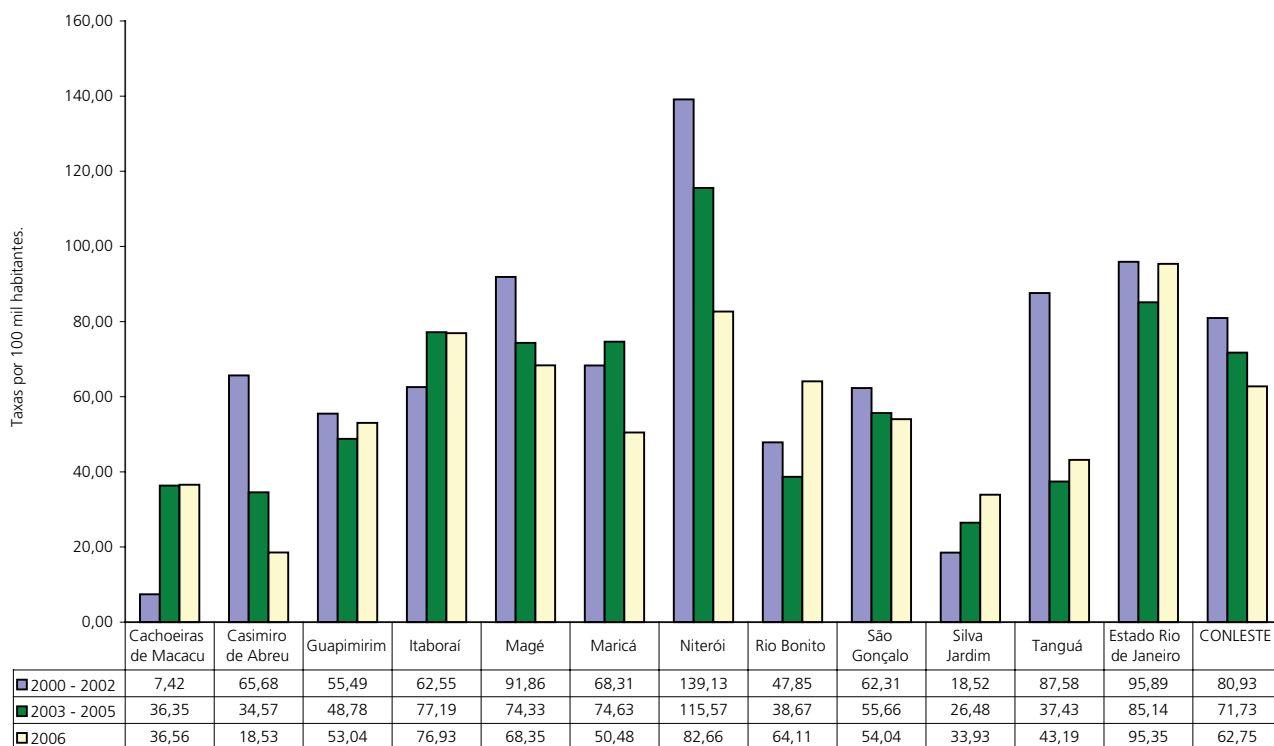
- Taxa de incidência de AIDS nos municípios do CONLESTE

META 8A Até 2012, reduzir a incidência de dengue, hepatite A e hanseníase nos municípios do CONLESTE

Indicadores:

- Taxa de incidência de dengue nos municípios do CONLESTE
- Taxa de incidência de hepatite A nos municípios do CONLESTE
- Taxa de detecção de hanseníase nos municípios do CONLESTE

Incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE



Fonte: SINAN / DATASUS

Dentre os indicadores compreendidos pelo ODM 6, destaca-se, neste boletim, o indicador referente à taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE. A tuberculose é considerada um problema de saúde pública prioritário no Brasil. Apesar de ser uma doença grave, a conduta terapêutica adequada possibilita a cura de praticamente 100% dos casos novos.

Estima-se que um terço da população mundial esteja infectado com o *Mycobacterium tuberculosis*, agente etiológico (causador) da doença. No Brasil, são registrados por ano cerca de cinco a seis mil óbitos por tuberculose. Considerada uma endemia diretamente associada às condições de vida precárias, a ocorrência de tuberculose nas populações tem sido atribuída à persistência da desnutrição e da pobreza.

No período de 2000 a 2002, Niterói apresenta a maior incidência de tuberculose, mais do que o dobro do CONLESTE, sendo o único município com índice acima do Estado do Rio. Tanguá, Casimiro de Abreu, Magé e Maricá apresentam taxas superiores à média do CONLESTE. Entre 2003 a 2005, Niterói novamente lidera os demais municípios e, acima da média regional, também estão Magé, Maricá e Itaboraí. De um modo geral, em 2006, as incidências de tuberculose apresentam discreto declínio nos municípios do CONLESTE e situam-se abaixo do índice estadual. Rio Bonito, Magé, Itaboraí e Niterói têm taxas acima da região, sendo que, este último, mais uma vez, mantém a mais alta taxa de incidência.



**QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE**

ODM7

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

META 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos naturais.

Indicadores:

- Proporção de áreas cobertas por florestas por município do CONLESTE
- Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação

META 10A Reduzir em 20%, até 2012, os domicílios sem acesso às redes gerais de água e de esgoto e à coleta de resíduos sólidos.

Indicadores:

- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água e à rede geral de esgoto nos municípios do CONLESTE
- Percentual da área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos nos municípios do CONLESTE

META 11A Até 2012, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 10% dos habitantes de assentamentos precários que moram nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana por município do CONLESTE
- Percentual de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários regularizados, em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e vias calçadas), em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais para famílias com renda até seis salários mínimos em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, por município do CONLESTE

A maior parte do CONLESTE encontra-se localizada dentro da Região Ecológica da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial), parte do domínio do Bioma Mata Atlântica, que ainda se desdobra em ambientes de manguezais e restingas.

Com base em dados do ano 2000, as áreas urbanas ocupam um percentual representativo da área total do CONLESTE (5,39%), concentrando-se em núcleos que acompanham quase de forma contínua os eixos rodoviários, com destaque para o aglomerado São Gonçalo – Itaboraí. Mesmo com alterações associadas às atividades urbana e agrícola, as fisionomias ainda apresentam uma área remanescente representativa, ocupando 39,3% do CONLESTE.

Com relação à meta que trata do acesso às redes de água e esgoto, será central o conceito de saneamento am-

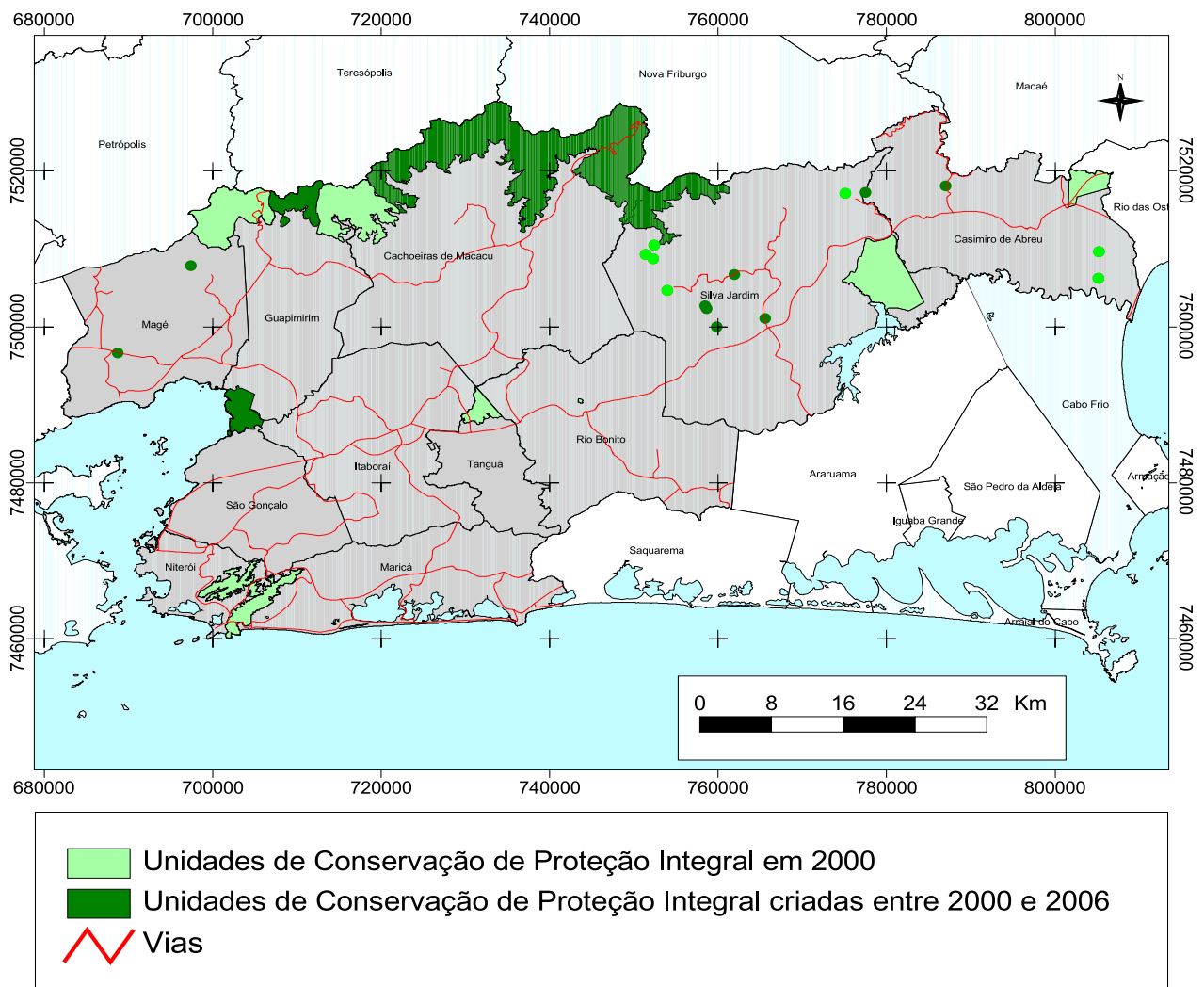
biental, entendido aqui como o acompanhamento das áreas ambientais e também do conjunto das ações que envolvem abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de resíduos sólidos. O saneamento ambiental emerge como um dos pontos mais vulneráveis da chamada crise urbana. Neste sentido, trata-se de um tema que demanda a urgente correção dos rumos adotados até o momento em parte significativa dos municípios brasileiros.

No ano de 2000, a região do CONLESTE apresentava 4,3% de áreas protegidas por unidades de conservação ambiental de proteção integral. Este valor era inferior aos 10% preconizados internacionalmente como o mínimo desejável para garantir a manutenção da biodiversidade. Em 2006, este valor subiu para 9,5%, graças à implantação da Estação Ecológica da Guanabara e

principalmente do Parque Estadual dos Três Picos.

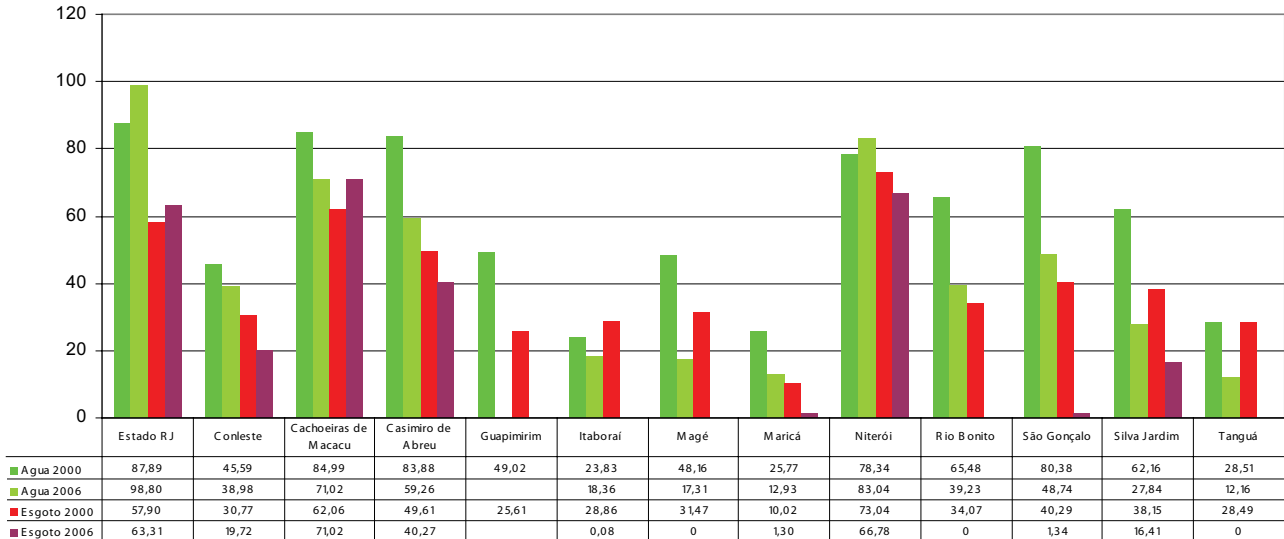
Com relação ao percentual de domicílios urbanos com acesso às redes gerais de água e esgoto nos municípios do CONLESTE, observou-se que no ano 2000 o percentual de domicílios atendidos pela rede de abastecimento de água, em todos os municípios do CONLESTE, era inferior à média do Estado do Rio de Janeiro (87,97%). Em relação ao esgotamento sanitário, seis dos onze municípios da região possuíam menos de 35% de seus domicílios permanentes urbanos com acesso à rede geral. Entre os anos de 2000 e 2006, o crescimento do número de domicílios particulares permanentes urbanos (49,33%) foi considerável, o que, segundo os dados, não foi acompanhado pela ampliação de todos os serviços relativos ao saneamento ambiental. Vale destacar que

Proporção das Áreas Protegidas em Unidades de Conservação



Fonte: IBAMA / IEF-RJ

Percentual de domicílios urbanos com acesso à rede de água e à rede de esgoto nos Municípios do CONLESTE

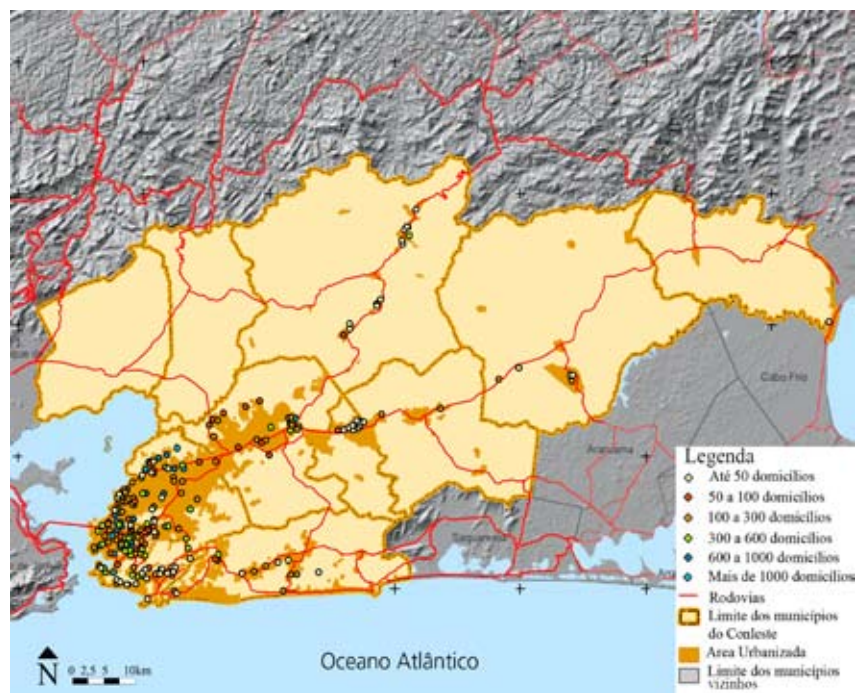


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, Concessionárias e Prefeituras 2006. Elaboração: Equipe de Urbanismo / UFF, 2008

Niterói apresentava o maior percentual de domicílios atendidos por abastecimento de água e o segundo maior em percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de esgoto.

Os assentamentos precários urbanos ocupavam, em 2000, uma área de 11,31 km², ou seja, 1,68% do total da área urbanizada dos municípios do CONLESTE. Estas ocupações totalizavam 8,61% do número de domicílios permanentes urbanos, o que correspondia a 49.193 unidades habitacionais de um total de 571.284 domicílios. Em nenhum dos onze municípios foram desenvolvidas ações no sentido de promover a regularização fundiária e/ou urbanização desses assentamentos precários. Tampouco houve, naquele ano, produção de habitação popular para famílias na faixa de renda de até 6 (seis) salários mínimos.

Percentual de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos, por município do CONLESTE



Elaboração: Equipe de Urbanismo / UFF, 2008



ODM9

ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE

- META 12 A** Viabilização de crescimento continuado da região acima do crescimento do Estado e do país.
Indicadores:
- Evolução do PIB a preços constantes
 - Valor adicionado (proxy do PIB) dos setores agropecuário, industrial e de serviços a preços constantes
 - Participação do valor adicionado (proxy do PIB) do setor agropecuário, industrial e de serviços
 - PIB per capita a preços constantes
- META 13 A** Atração de mão-de-obra qualificada para a região.
Indicadores:
- Evolução do perfil de trabalhadores desligados e contratados na região em termos de setor de ocupação, grau de qualificação e faixa de remuneração
- META 14 A** Melhoria do perfil do mercado de trabalho na região.
Indicadores:
- Evolução da PIA, PEA e POC e de taxas de ocupação, participação e desemprego
 - Distribuição da população ocupada formal e de seu rendimento por grau de escolaridade, faixa de rendimento, tamanho de estabelecimento e setor de atividade
- META 15 A** Dinamização do padrão de especialização produtiva da região.
Indicadores:
- Especialização, concentração e diversificação da estrutura produtiva da região
- META 16 A** Dinamização de cadeias produtivas locais.
Indicadores:
- Identificação da estrutura e monitoramento do emprego de 4 cadeias produtivas na região
- META 17 A** Fortalecimento do empreendedorismo na região.
Indicadores:
- Número de PMEs criadas na região e empregos gerados por setor de atividade
 - Evolução do número de admitidos e desligados no setor de comércio varejista

META 18 A Adequação do suprimento de energia ao crescimento da região do CONLESTE.

Indicadores:

- Consumo residencial per capita de energia elétrica

META 19 A Adequação da malha de transportes ao crescimento da região do CONLESTE.

Indicadores:

- Evolução da frota de veículos em termos absolutos e per capita

META 20A Adequação da infraestrutura e telecomunicações da região do CONLESTE.

Indicadores:

- Percentual de domicílios atendidos por linha telefônica

META 21 A Adequação da infraestrutura de atenção à saúde na região do CONLESTE.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade geral e proporcional segundo causas selecionadas por sexo e faixa etária, nos municípios do CONLESTE

META 22 A Controle e redução de indicadores de violência na região do CONLESTE.

Indicadores:

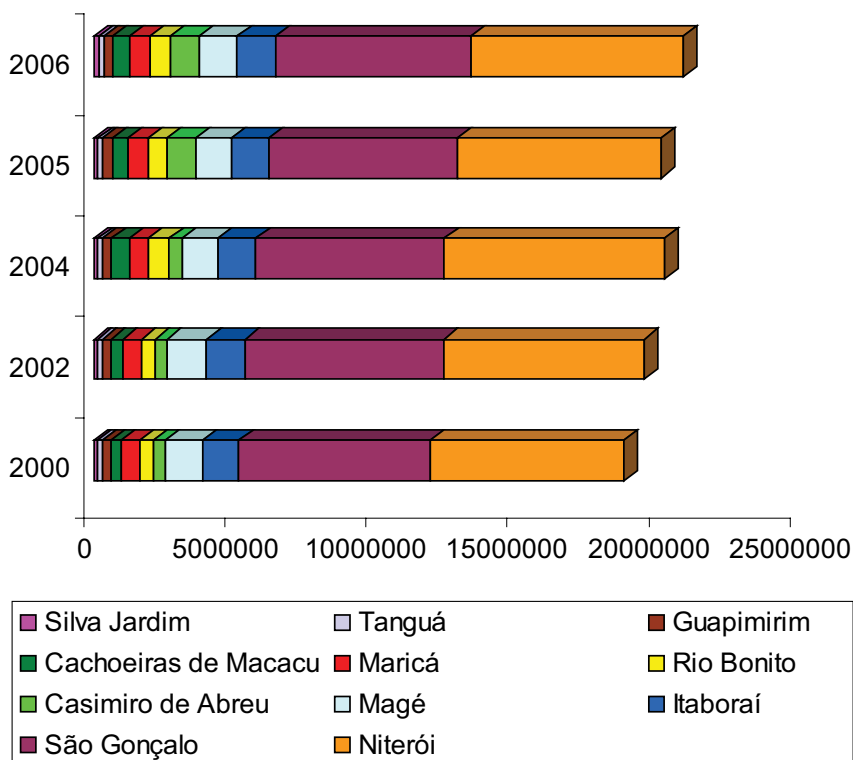
- Taxa de mortalidade por causas externas selecionadas (agressões e acidentes de transporte) nos municípios do CONLESTE

META 23 A Melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento dos municípios.

Indicadores:

- Estrutura de receitas (correntes e de capital) e despesas (custeio e capital) para municípios da região
- Dependência de transferência de recursos
- Receita e investimento per capita

Evolução do PIB a preços constantes nos municípios (de 2006)



Fonte: IBGE

O Objetivo 9 – acelerar o processo de desenvolvimento local, com redução das desigualdades na região do CONLESTE – foi elaborado a partir de uma adaptação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU para esta região. Dentre as metas compreendidas neste ODM, destacam-se para análise neste boletim as seguintes áreas: crescimento econômico na região (PIB), mercado de trabalho e mão-de-obra, especialização produtiva, evolução de cadeias produtivas, empreendedorismo, fornecimento de energia, infraestrutura de saúde, indicadores de violência na região e, por fim, um panorama das condições fiscais dos municípios.

O cálculo do PIB e do PIB per capita pode ser feito a partir da informação básica do IBGE, PIB Municipal.

Como observado no gráfico acima, o PIB da região CONLESTE entre 2000-2006 cresceu R\$ 2,1 bilhões, saindo de R\$ 18,7 bilhões, em 2000, para R\$ 20,8 bilhões em 2006. Ou seja, um crescimento de 11,2% no período 2000-2006, ficando abaixo das taxas registradas no Estado do Rio de Janeiro

(17,7%) e no Brasil (18,7%) neste mesmo período³. Os municípios de Casimiro de Abreu, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu se destacam devido a fenômenos específicos: Casimiro de Abreu devido à forma como foi distribuído o PIB gerado pela extração de petróleo na região de Campos; Rio Bonito devido ao aproveitamento de incentivos fiscais por parte de empresas de serviços que lá instalaram suas sedes; e, Cachoeiras de Macacu devido à volta ao funcionamento de uma fábrica que estava desativada anteriormente. Magé e São Gonçalo apresentam o menor crescimento. Como a região CONLESTE cresceu a uma taxa inferior ao crescimento do Estado do Rio de Janeiro, a mesma perdeu participação passando de 8,2% em 2000, para 7,8% do PIB do Estado em 2006. O Estado também reduziu em 0,1% sua participação no PIB brasileiro. O maior PIB da região CONLESTE é o de Niterói com 7,5 bilhões de reais em 2006, representando 2,8% do PIB do Estado. Em seguida está São Gonçalo com 6,9 bilhões de reais e 2,6% de participação. Os menores valores de PIB da

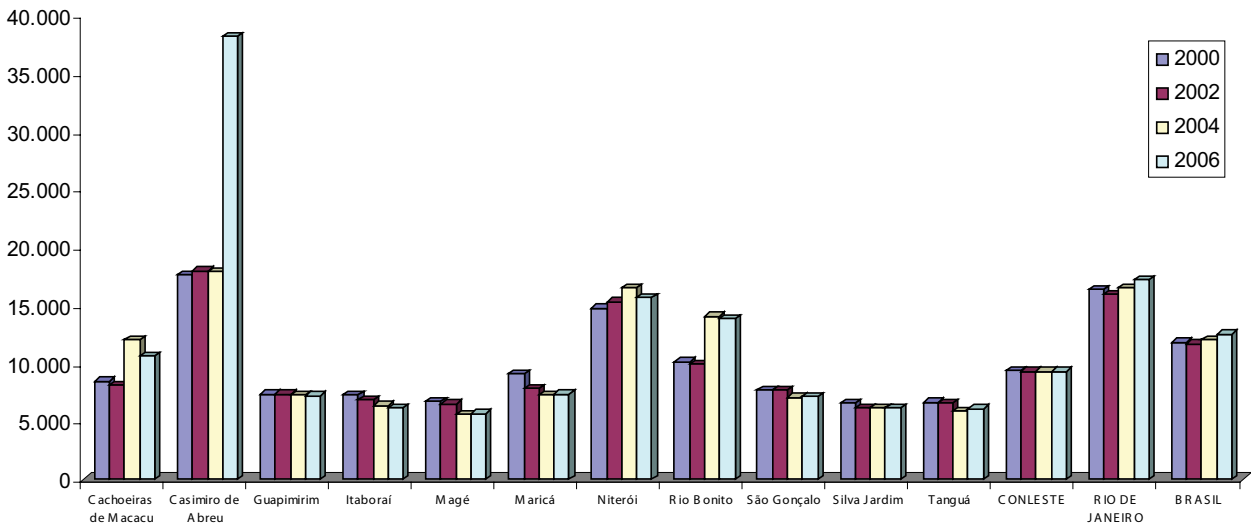
região são os de Silva Jardim e Tanguá que representam apenas 0,6 e 0,8% do PIB do Estado do Rio de Janeiro.

O Gráfico seguinte ilustra a situação relativa ao comportamento do PIB per capita a preços constantes (de 2006) nos municípios do CONLESTE entre 2000 e 2006. A região do CONLESTE apresentava em 2006 um PIB per capita de R\$ 9.200,00, valor inferior ao do Estado do Rio (R\$ 17.240,00) e ao do Brasil (R\$ 12.491,00). Os maiores valores per capita eram o de Casimiro de Abreu, Niterói e Rio Bonito enquanto que os menores eram de Magé, Tanguá e Silva Jardim. De acordo com os dados apresentados acima, a taxa média de variação anual do PIB per capita da região do CONLESTE foi negativa em 0,19% ao ano, enquanto o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil cresceram, respectivamente, 0,88% e 0,91% ao ano. Apenas quatro municípios da região CONLESTE apresentaram taxas médias de variação anual positivas: Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Niterói.

Com relação à criação de postos de trabalho, informações levantadas a partir do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED-MTE) indicavam que na média do período 2000-2006 foi gerado um saldo líquido de 11.331 postos de trabalho na região do CONLESTE, resultado de um total de 103.043 admissões e 91.712 desligamentos de trabalhadores nos municípios da região. Comparando-se estes montantes ao total de empregados formais registrados e contabilizados pela RAIS na média daquele período (equivalente a 292.928 postos de trabalho) identificam-se as seguintes tendências: (i) o total de admissões e desligamentos na região equivalia a 66,7% do estoque de emprego formal, valor superior ao observado para o Estado do Rio de Janeiro (61,4%), embora inferior ao observado para o total do País (68,8%), (ii) a relação entre o total de admissões e o estoque de emprego na média do período na região (35,3%) também era superior ao valor para o total do Estado do Rio de Janeiro (32,1%), mas inferior ao total do país (35,9%), (iii) a relação

³ Segundo os dados do IBGE, o PIB do Estado do Rio de Janeiro foi de R\$ 227,9 bilhões, em 2000, e de R\$ 268,3 bilhões em 2006. Já o PIB do Brasil foi de R\$ 1,9 trilhões, em 2000, e de R\$ 2,3 trilhões em 2006.

PIB per capita a preços constantes de 2006



Fonte: IBGE.

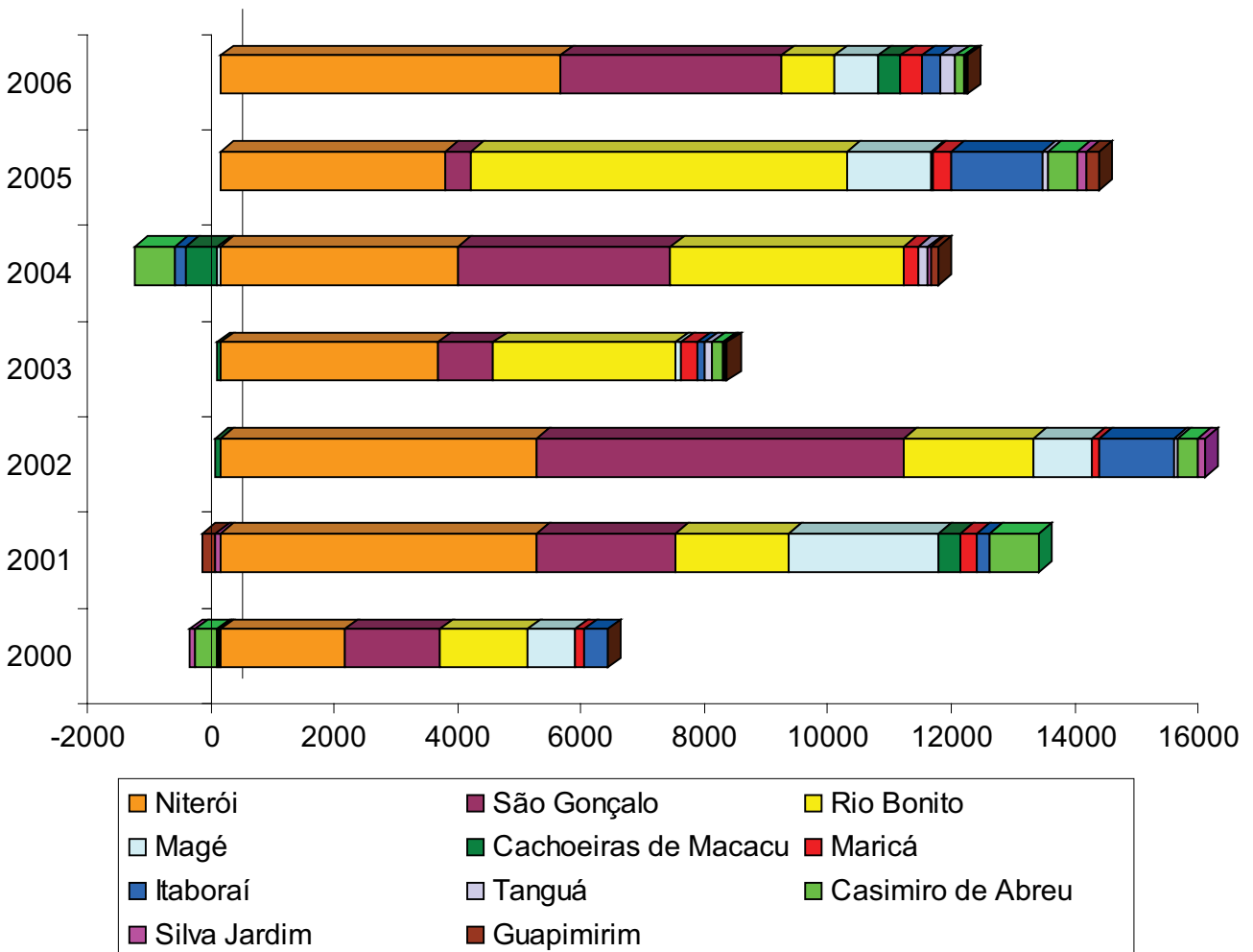
entre o saldo líquido de admissões (descontados os desligamentos) equivalia a 3,8% dos trabalhadores registrados na região, valor superior ao observado para o total do Estado (2,8%) e do país (3,1%). Este último indicador sugere

um maior dinamismo do mercado de trabalho na região, comparativamente ao Estado e ao país.

A evolução da distribuição espacial do saldo líquido de admissões na região para o período 2000-2006 revela algu-

mas tendências interessantes. No tocante à participação dos municípios da região no total de admissões, na média do período, as mesmas se concentraram nos municípios de Niterói (45,4%), São Gonçalo (25,6%) e Rio Bonito (11,1%).

Saldo líquido de admissões menos desligamentos



Fonte: CAGED (MTE).

Já em termos da participação dos municípios no saldo líquido de admissões na média do período considerado (2000-2006), verifica-se no Gráfico de saldo líquido uma maior concentração nos municípios de Niterói (37,0%), Rio Bonito (25,0%) e São Gonçalo (22,7%). Consta-se uma expressiva variabilidade das participações dos diversos municípios no total do saldo líquido de admissões na região ao longo do período considerado.

Com relação ao emprego formal na região, o mesmo apresentava-se fortemente concentrado em determinados municípios. Entre 2000-2006, mais de 90% do emprego formal gerado na região concentrava-se em cinco municípios – Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito, Itaboraí e Magé - sendo que Niterói e São Gonçalo eram responsáveis por quase 74% desse total. Em termos da taxa de variação, observa-se que Guapimirim, Rio Bonito e Casimiro de Abreu apresentam uma evolução mais

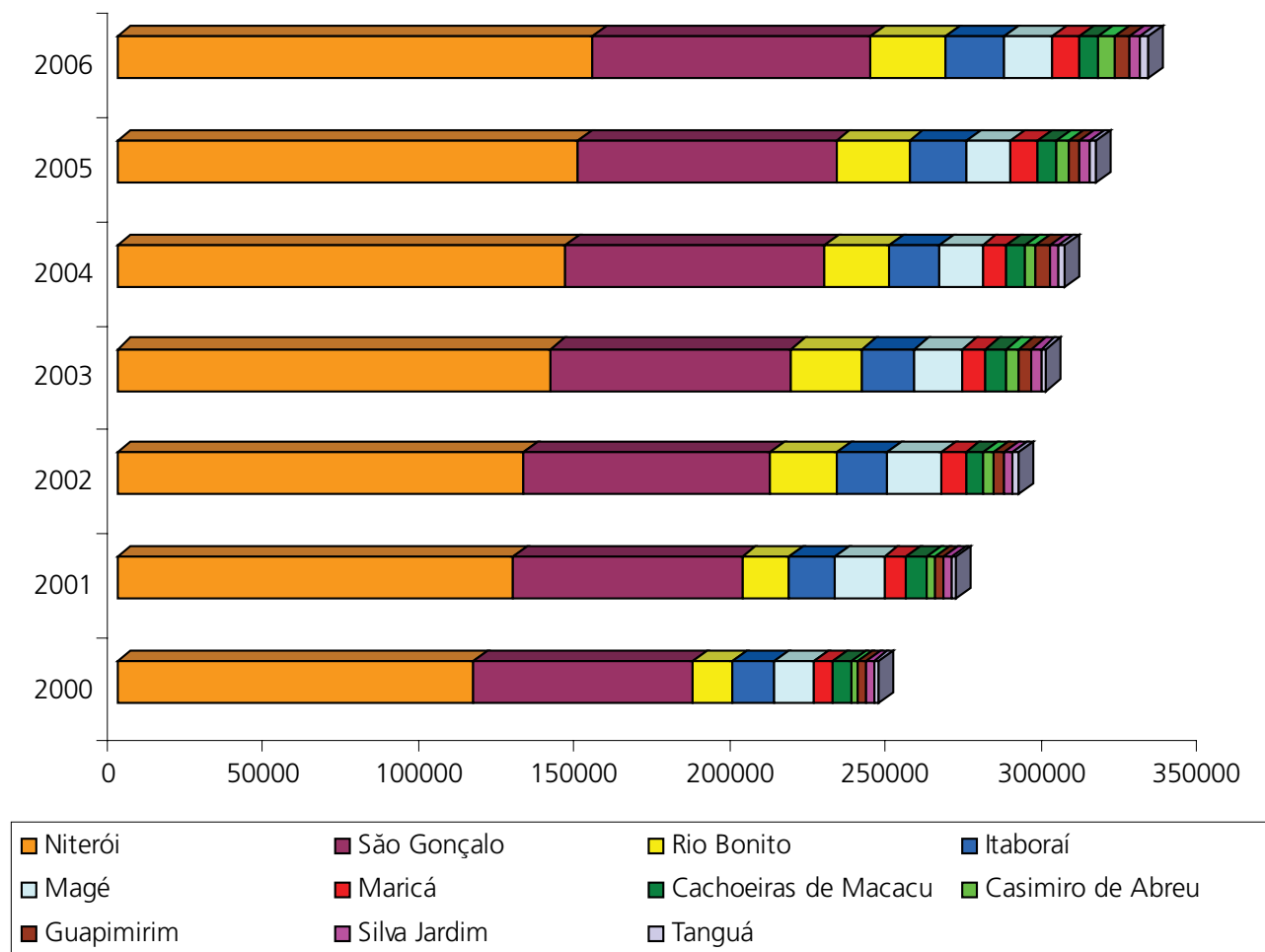
favorável (maior aumento percentual do emprego formal), enquanto Cachoeiras de Macacu e Magé apresentam uma evolução mais desfavorável (menor aumento percentual do emprego formal).

A população economicamente ativa se divide em empregos formais, informais e desemprego. Quanto ao grau de formalidade, as evidências demonstram que a proporção de pessoas ocupadas em emprego informal do Brasil, do Estado do Rio e da Região CONLESTE, e a proporção de emprego informal do Brasil, do Estado e da região CONLESTE se reduzem de forma consistente ao longo do período 2000-2006. De fato, a região CONLESTE foi capaz de criar mais empregos formais do que seus residentes foram capazes de se ocupar. Observa-se que este resultado difere quando se observa cada município. Os municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Magé e Maricá tiveram aumentos na taxa de informalização de seus residentes (taxas em torno de 60%);

São Gonçalo ficou estável, enquanto que os demais tiveram redução.

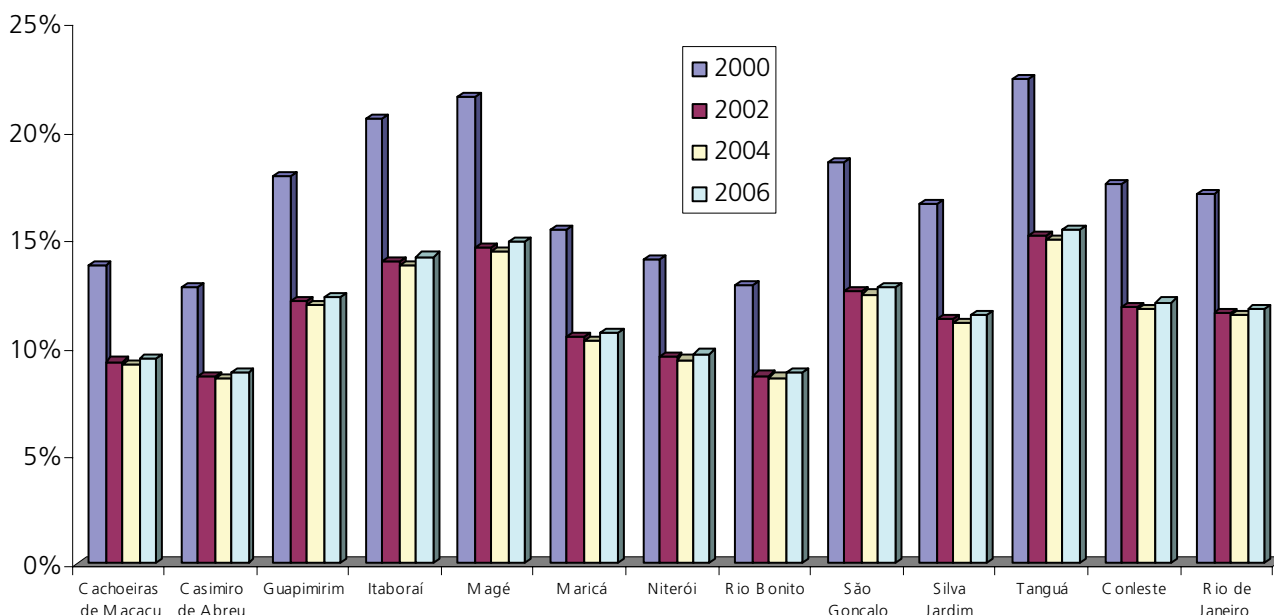
No que tange o desemprego, cabe assinalar previamente que essa taxa reduziu-se no Brasil no período, passando para 8,4% da população economicamente ativa (PEA). No Estado do Rio de Janeiro essa queda foi bastante substancial, passando de 17,1% em 2000 para 11,8% da PEA em 2006. A região CONLESTE, pela própria metodologia aplicada, acompanha o Estado do Rio de Janeiro. Mas, é interessante mencionar que a taxa de desemprego da região (12,1%) é pouco superior à do Estado do Rio de Janeiro. Entre os municípios, as maiores taxas de desemprego estão em Magé (14,9%) e Itaboraí (14,2%) enquanto que as menores estão em Rio Bonito e Casimiro de Abreu, ambos com 8,8% da PEA. Os dois municípios economicamente mais importantes, São Gonçalo e Niterói, apresentam taxas de desemprego de 12,8% e 9,7%, respectivamente.

Evolução do emprego formal na região do CONLESTE



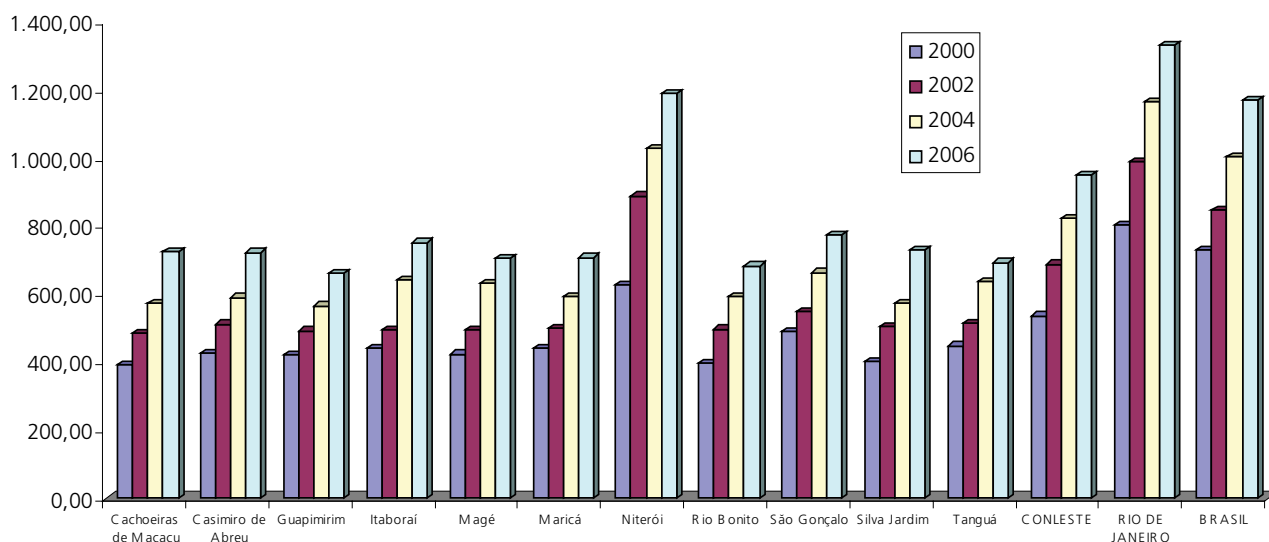
Fonte: RAIS/MTE

Evolução da taxa de desemprego nos municípios do CONLESTE



Fonte: Estimativas da equipe de Economia a partir de dados do Censo (IBGE) e da PNAD (IBGE)

Remuneração média mensal dos trabalhadores nos municípios do CONLESTE



Fonte: RAISIMTE

Quanto ao nível de remuneração média mensal na região, em termos agregados, observa-se, para a média do período compreendido entre 2000 e 2006, um valor da remuneração média mensal na região (R\$ 753) sensivelmente inferior ao observado para o total do Estado (R\$ 1.072) e mesmo em relação ao total do País (R\$ 935). Apesar disso, ao longo do período considerado, o crescimento da remuneração média mensal na região do CONLESTE (76,8%) foi superior ao observado para o Estado (65,5%) e para o País (60,1%).

Na média do período compreendido entre 2000 e 2006, verifica-se também uma grande dispersão entre as remunerações mensais nos diversos municípios da região, que variam, por um lado, entre R\$ 331 em Guapimirim e R\$ 536 em Cachoeiras de Macacu, e, por outro, R\$ 943 em Niterói. Na maior parte dos municípios estas remunerações variam entre R\$ 500-600, só se elevando acima dessa faixa nos casos de Niterói (R\$ 943) e São Gonçalo (R\$ 618). Ao longo do período considerado, os municípios nos quais se observa um maior crescimen-

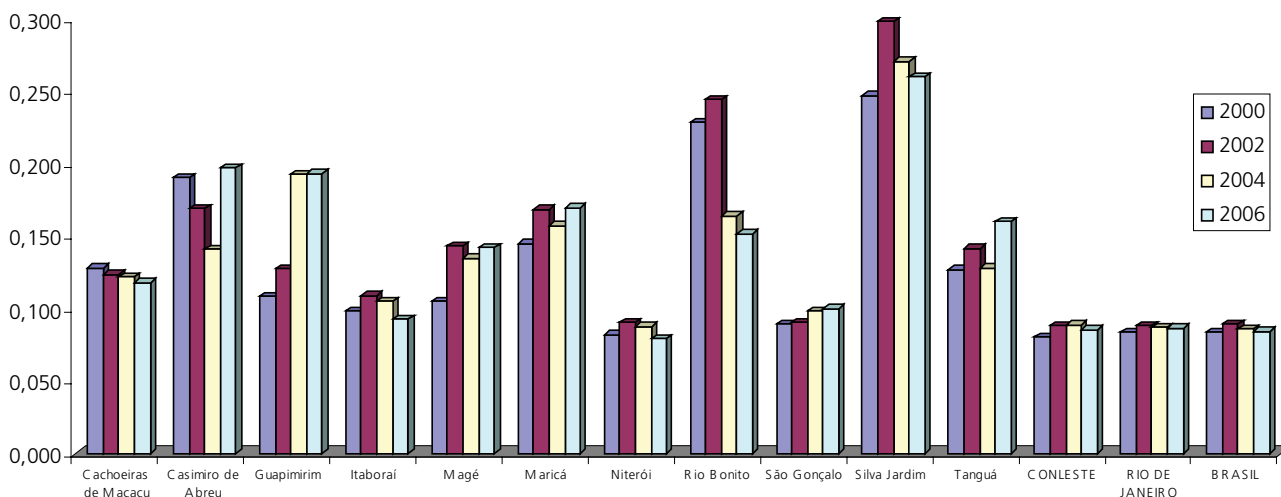
to da remuneração média mensal são Niterói (90,1%), Cachoeiras de Macacu (85,0%) e Silva Jardim (81,4%).

O indicador de dinamização do padrão de especialização produtiva da região trata do grau de concentração das atividades produtivas⁴ nos municípios do CONLESTE, comparativamente ao Estado do Rio de Janeiro e ao país.

Considerando o valor médio do índice de Herfindhal para o período 2000-2006 calculado para a região do CONLESTE, o total da região, o Estado do Rio de Janeiro e o total do País, ve-

⁴ O indicador da concentração produtiva foi avaliado por meio do índice de Herfindhal a 2 dígitos. Este índice foi calculado para os diversos municípios e para o conjunto da região considerando informações relativas à distribuição do emprego por diferentes setores de atividade (nível de desagregação setorial a dois dígitos da classificação CNAE). Quanto mais próximo de 1 o índice, maior a concentração produtiva. Isto é, menor o número de empresas em determinada atividade econômica, com correspondente menor grau de concorrência em setores econômicos.

Concentração Produtiva



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da RAISIMTE

rifica-se que o Índice de Concentração da região (0,086) é praticamente equivalente ao observado para o total do Estado e do País (ambos com valor de 0,087). Ao longo do período 2000-2006, este índice cresceu 6,8% na região, contra um crescimento de 3,0% no Estado e de 0,6% no País. O Gráfico sugere que este indicador tendeu a se elevar no período compreendido entre 2000 e 2004, acompanhando um movimento também observado para o conjunto do país, reduzindo-se a partir de 2005.

Quando estas informações são desagregadas para os diversos municípios da região, observam-se expressivas diferenças entre o valor deste índice. Por um lado, destacam-se municípios com uma estrutura produtiva mais concen-

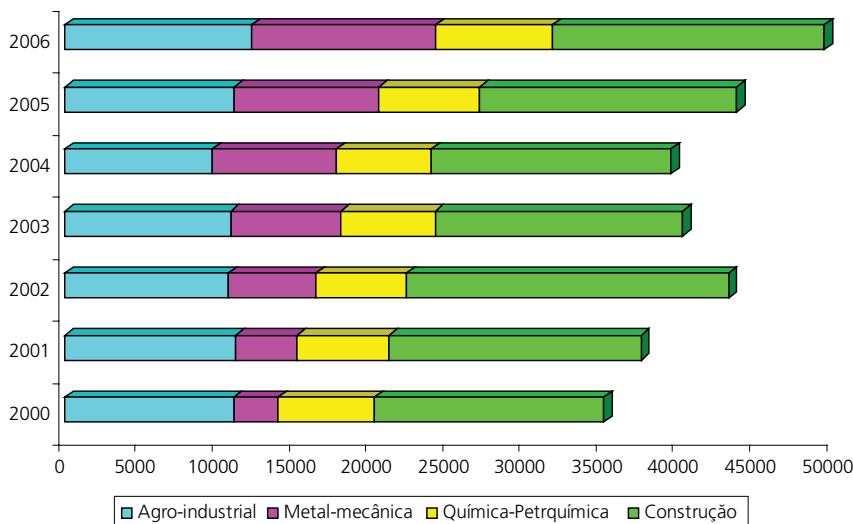
trada, com valor do Índice superior a 0,171 (valor expressivamente superior à média do Estado e do País), como Silva Jardim e Rio Bonito. Em contraste, alguns municípios apresentam uma estrutura produtiva menos concentrada, com índices entre 0,085-0,101, compreendendo os municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Analisando o período 2000-2006, observa-se que o índice de concentração mais se elevou nos municípios de Guapimirim, Magé e Tanguá, evidenciando uma maior especialização da estrutura produtiva; em contraste, os maiores declínios desse índice foram observados nos municípios de Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí.

Quanto à evolução de cadeias produtivas na região, a partir de uma sele-

ção prévia de atividades, quatro cadeias foram selecionadas para uma análise mais detalhada: 1) Agroindustrial; 2) Químico-petroquímica; 3) Metal-mecânica; 4) Construção civil. Optou-se, nesse sentido, por considerar critérios abrangentes de especialização produtiva e de superposição de atividades, visando caracterizar cadeias produtivas com uma maior “dispersão” pelo espaço econômico da região. A ênfase em atividades potencialmente mais afetadas pela viabilização de um empreendimento com as características do COMPERJ – mesmo que estas atividades ainda apresentem uma relativa desarticulação no espaço econômico local no estágio atual – foi outro critério utilizado para a seleção dessas cadeias.

Na média do período 2000-2006, essas cadeias foram responsáveis pela geração de 41.239 empregos, repartidos da seguinte forma: 41,0% na cadeia de construção; 26,4% na cadeia agro-industrial, 17,1% na cadeia metal-mecânica e 15,5% na cadeia químico-petroquímica. Ao longo daquele período, o crescimento mais expressivo do emprego foi observado na cadeia metal-mecânica (316,1%) e na cadeia químico-petroquímica (19,6%). Outro aspecto importante refere-se à participação dessas cadeias em relação ao total do emprego gerado na região do CONLESTE. Neste caso, verifica-se, para a média do período 2000-2006, uma participação conjunta das cadeias selecionadas no total do emprego da

Empregos em Cadeias Produtivas



Fonte: RAISIMTE

região de 14,1%, distribuído entre construção civil (5,8%), agroindustrial (3,7%), metal-mecânica (2,4%) e químico-petroquímica (2,2%).

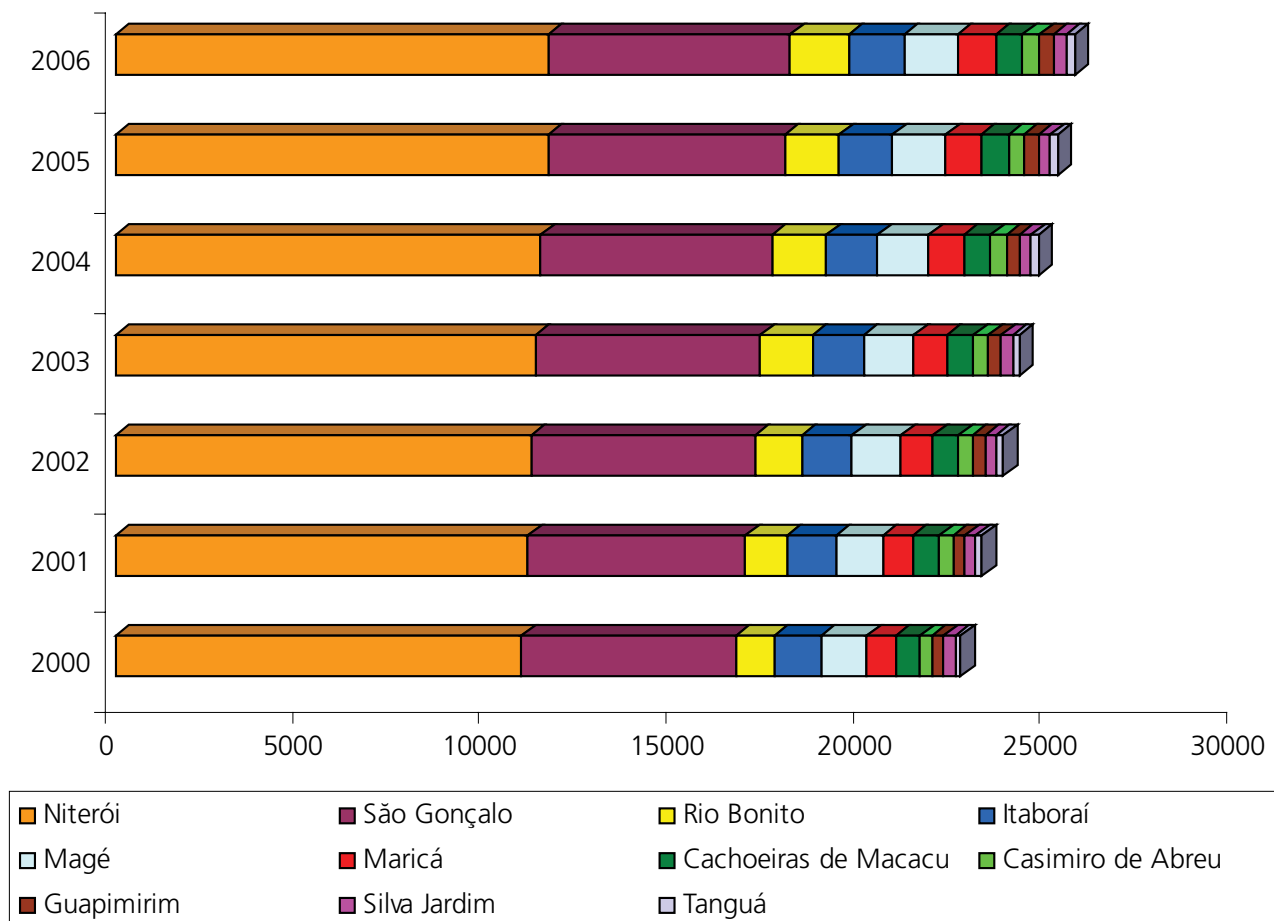
O empreendedorismo na região é fortalecido, assim como o emprego, quando aumentam o número e a qualidade das pequenas e médias empresas que se instalam em uma determinada região. O número de PMEs no Estado do Rio de Janeiro passou de 203.086 no ano 2000 para 223.558 em 2006, correspondendo a um aumento de 10%. Se somarmos todos os municípios do CONLESTE, este número passa de 22.621 para 25.655 no mesmo período, um aumento de 13,4%. O número total de PMEs nos municípios do CONLESTE representa em torno de 11% do número de PMEs no Estado do Rio de Janeiro (tanto em 2000 quanto em 2006). Dentre os municípios do CONLESTE, aquele que apresentou maior variação foi o de Rio Bonito, cujo número de PMEs passa de 1.017 em 2000 para 1.559 em 2006, correspondendo a um

aumento de 53%. Em segundo lugar está o município de Casimiro de Abreu, que passa de 321 para 448 PMEs (aumento de 39,5%). Empatados em terceiro estão os municípios de Maricá e Tanguá, com um aumento da ordem de 32% (o município de Maricá passou de 773 para 1.026 PMEs e o de Tanguá de 158 para 209 PMEs). Esta significativa evolução no número de PMEs do município de Tanguá não o tirou do último lugar no ranking dos municípios do CONLESTE, uma vez que sua participação relativa passa de 0,7% (em 2000) para 0,8% (em 2006).

Em termos do volume de emprego gerado por estas PMEs nos municípios do CONLESTE, a evolução não é muito diferente daquela apresentada para o número de PMEs. O total de emprego gerado por estas PMEs na região passa de 137.246 no ano 2000 para 177.509 em 2006, com um crescimento de 29%. No Estado do Rio de Janeiro, o volume de emprego gerado pelas PMEs passa de 1.255.066 em 2000 para 1.515.536

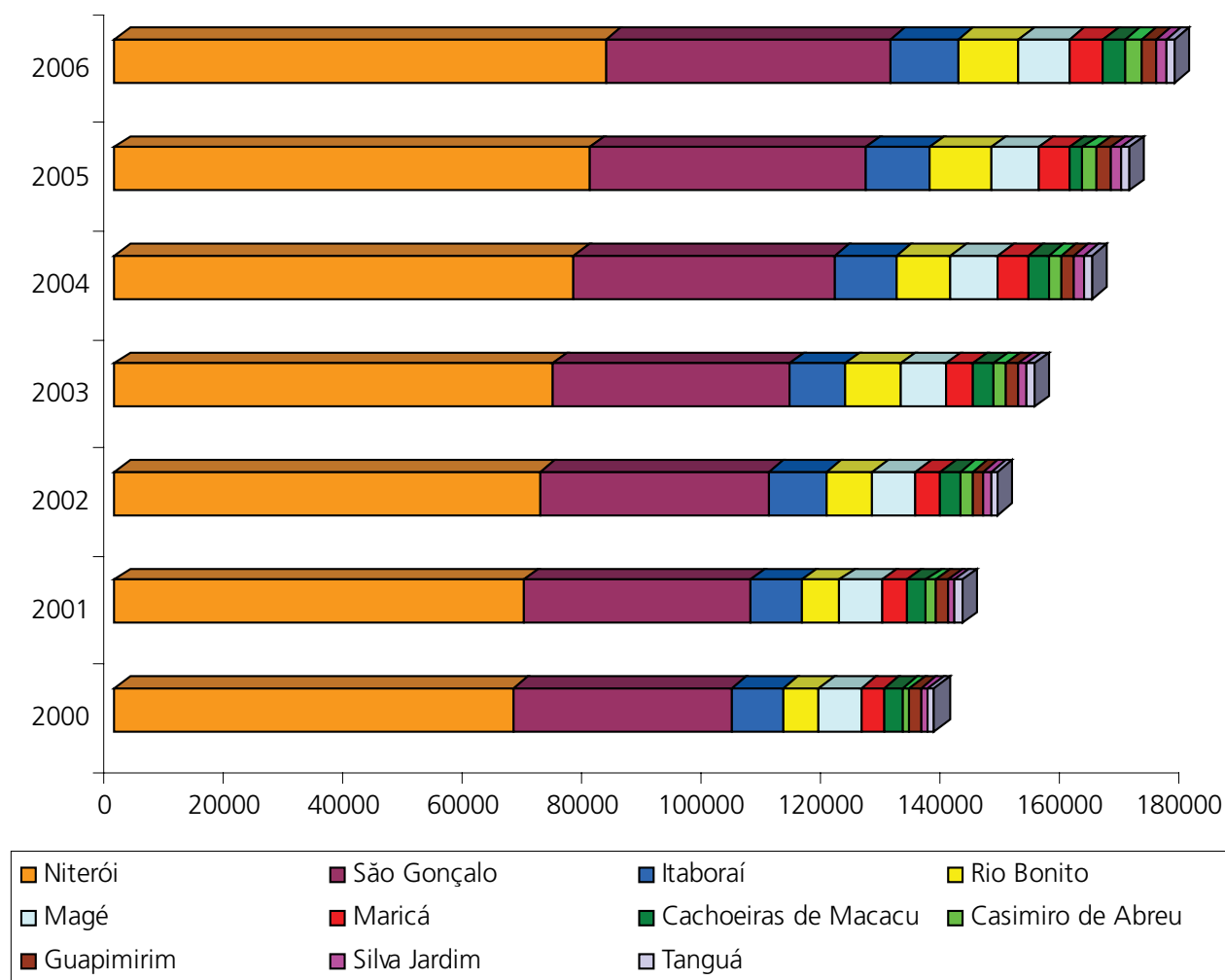
em 2006, um crescimento de 21%. Vale notar que as taxas de crescimento (tanto do número total de PMEs quanto do volume de emprego gerado por estas) apresentadas pelos municípios do CONLESTE são um pouco superiores às taxas apresentadas pelo conjunto do Estado do Rio de Janeiro (13% contra 10% para o total de PMEs e 29% contra 21% para volume de emprego). Os três municípios do CONLESTE que apresentavam maior participação relativa em termos de volume de emprego (gerado nas PMEs) em 2006 foram, novamente, Niterói (46%), São Gonçalo (27%) e Itaboraí (6,3%). Diferentemente da participação relativa do número de PMEs, na evolução do emprego, o município de Rio Bonito não ultrapassou o de Itaboraí em 2006, e este último continua com a terceira posição. No entanto, o município de Rio Bonito apresentou um aumento significativo no volume de emprego nas PMEs, passando de 5.961 no ano 2000 para 10.272 em 2006, com um aumento de 72%. Este de-

Evolução do Total de PMES



Fonte: RAIS/MTE

Volume de emprego gerado por Pequenas e Médias Empresas (PMEs)



Fonte: RAIS/MTE

sempenho foi o segundo melhor dentre os municípios do CONLESTE, atrás de Casimiro de Abreu, cujo volume de emprego nas PMEs passou de 1.286 no ano 2000 para 2.636 em 2006, representando um crescimento de 105%.

A disponibilidade de fontes modernas de energia é pré-requisito ao desenvolvimento econômico e à promoção do bem-estar da população. Por essas razões, a promoção do acesso da população a fontes modernas de energia é peça usual de políticas energéticas em economias em desenvolvimento, como a brasileira. O consumo de eletricidade apresentou crescimento de 2,6% ao ano entre 2002 e 2006 nos municípios do CONLESTE. Considerando que nesse período há uma recuperação dos padrões de consumo anteriores ao racionamento de 2001 e 2002, essa taxa é baixa, sendo substancialmente inferior à média brasileira (4,7% ao ano). Esse comportamento foi determinado pelo

baixo dinamismo econômico da região. Os dados apresentam grande diversidade entre os municípios do CONLESTE: o consumo médio de um morador de Niterói é quatro vezes superior ao de um morador de Cachoeiras de Macacu. Isso indica que o padrão de vida é bastante distinto entre os moradores desses municípios. O consumo residencial de eletricidade é determinado pela posse de equipamentos eletrodomésticos. Os habitantes dos municípios com consumo per capita inferior a 400 KWh certamente dispõem de número limitado de equipamentos, utilizando eletricidade basicamente para iluminação e refrigeração de alimentos. Enquanto alguns municípios apresentaram taxa de crescimento do consumo de eletricidade próxima a 10% ao ano (Casimiro de Abreu e Maricá), outros (Tanguá e Guapimirim) experimentam redução significativa do consumo de eletricidade. O consumo de eletricidade na área

do CONLESTE é concentrado no segmento residencial, que representa 52% do consumo total de eletricidade. Essa participação contrasta com a média brasileira, onde o segmento residencial representa 22% do consumo total, que é dominado pelo segmento industrial.

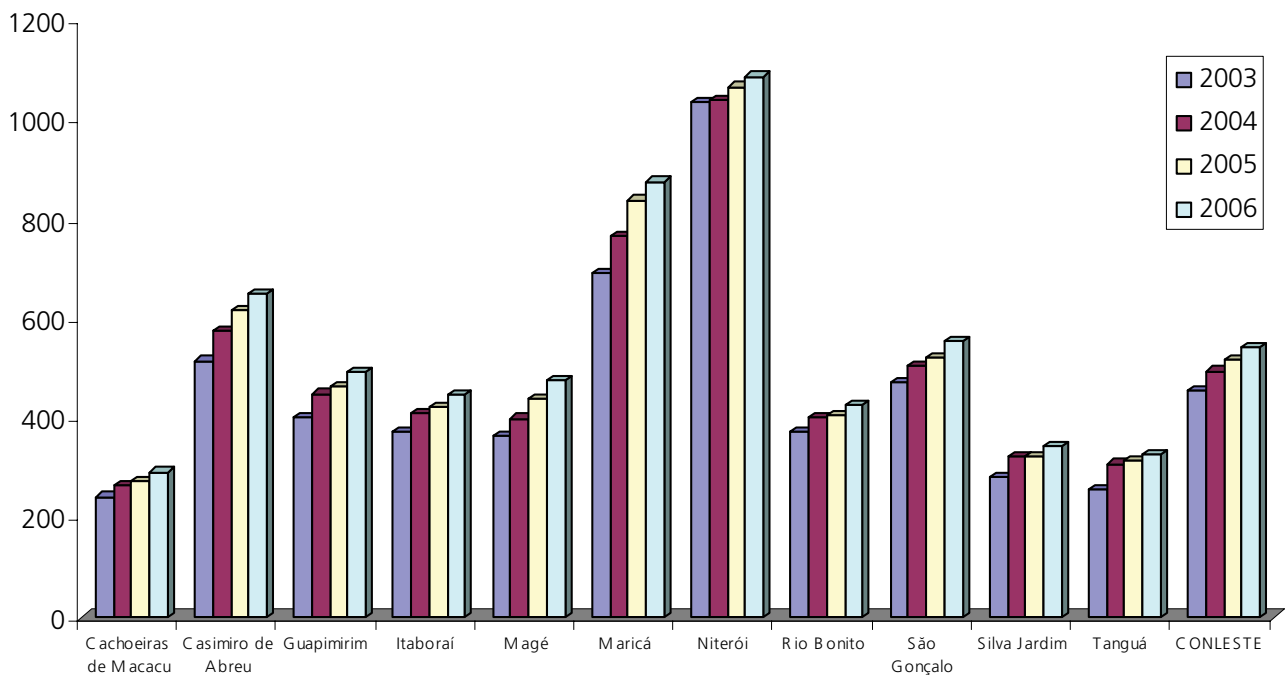
A análise da situação fiscal dos 11 municípios do CONLESTE objetiva avaliar em que medida a evolução das finanças públicas destes municípios os permite financiar investimentos em infraestrutura social e econômica necessária face ao crescimento esperado devido à implantação do COMPERJ nesta região. O gráfico demonstra que, em média, os municípios do CONLESTE apresentam equilíbrio orçamentário, ou seja, as receitas e despesas públicas se igualam, enquanto no Estado do Rio de Janeiro identifica-se um déficit de quase 40% em 2000, o qual se reduziu para 21% nos últimos anos do período analisado. Nesta análise destaca-se o município de

São Gonçalo, que em 2006 apresentava um superávit de 17%, seguido de Silva Jardim. Em contraposição estão os municípios de Magé, com um déficit de 14% nesse mesmo ano, Tanguá e Maricá, cujas despesas superam as receitas em mais de 10%. Embora as despesas públicas do CONLESTE tenham tido um crescimento um pouco maior que as receitas públicas, observa-se que foi mantido o equilíbrio orçamentário ao longo do período.

A receita orçamentária per capita corrente na região do CONLESTE saiu de R\$ 642,17, em 2000, para R\$ 804,73 em 2006, o que significa um aumento de 25,3% no período 2000-2006. Este aumento verificado na região do CONLESTE foi menor do que o observado para o total do Estado do Rio de Janeiro, que saiu R\$ 1224,91, em 2000, para R\$ 1728,91 em 2006, registrando um aumento de 41,1% neste mesmo período. Dentre os muni-

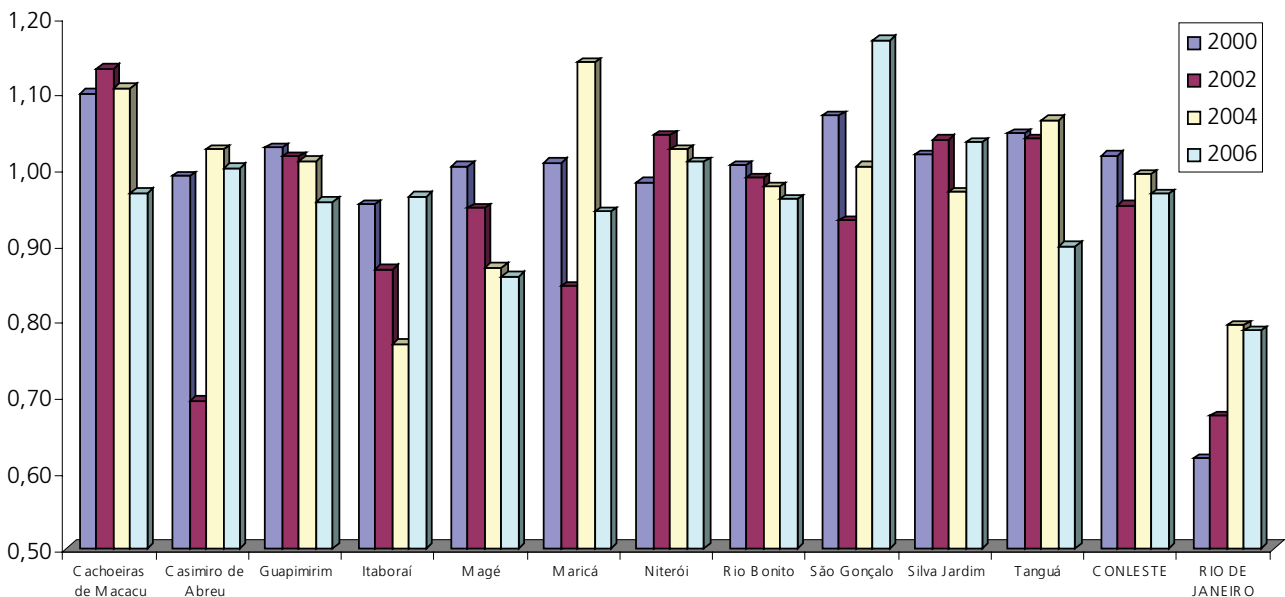
cípios do CONLESTE que apresentaram maiores níveis de receita orçamentária per capita corrente em 2006, destacam-se: Casimiro de Abreu (R\$ 4822), Silva Jardim (R\$ 1747.14), Niterói (R\$ 1459.28), Rio Bonito (R\$ 1266.27), Guapimirim (R\$ 1222.56), Cachoeiras de Macacu (R\$ 1222.35) e Tanguá (R\$ 1044.66). Vale destacar que o município de Casimiro de Abreu não só registrou o maior nível de receita orçamentária per capita corrente como também o maior

Consumo residencial per capita de energia elétrica (em KWh)



Fonte: AMPLA

Equilíbrio orçamentário



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

crescimento desta, que no período de 2000-2006 aumentou 112,1%. Já entre os municípios de receita orçamentária per capita corrente mais baixa, destacam-se São Gonçalo (R\$ 318.47), Magé (R\$ 669.16), Itaboraí (R\$ 727.65) e Maricá (R\$ 869.48). Cabe ressaltar que o município de São Gonçalo não somente apresentou o menor nível de receita orçamentária per capita corrente como também foi o único município da região do CONLESTE onde houve redução da mesma (12,1% no período 2000-2006).

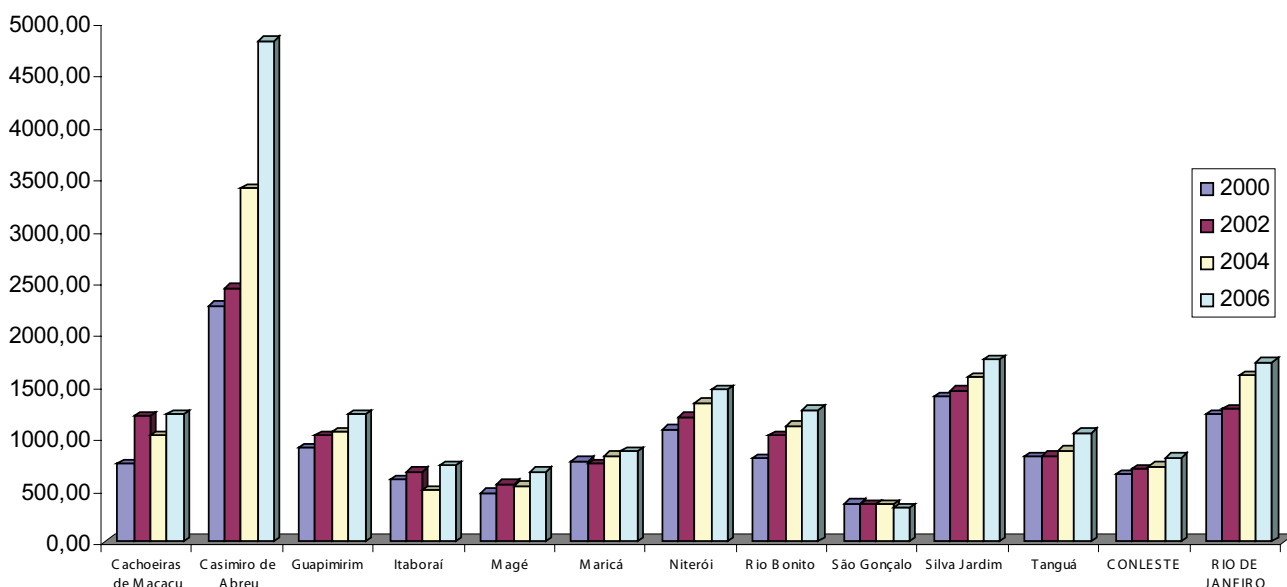
O CONLESTE tem um investimento per capita em torno de R\$ 60,00 a

R\$ 70,00, muito abaixo da média do Estado, que foi de R\$ 100,00, também baixa e declinante. Entretanto, cabe destacar que os municípios de Casimiro de Abreu, principalmente, além de Guapimirim e Silva Jardim, apresentam altas taxas de investimento per capita no período em análise. O desempenho destes municípios contrasta com o de Niterói e São Gonçalo, cujas taxas de investimentos per capita são ainda mais baixas que a média do CONLESTE. Em termos gerais, observa-se um crescimento no orçamento público do CONLESTE no período em análise: a receita pública cresceu 8,2%, ao ano, em termos re-

ais, acima da média do Estado do Rio, cuja taxa de crescimento foi de 7,9%. Entretanto este crescimento foi devido, basicamente, ao aumento das receitas de transferências, visto que as receitas próprias tiveram um crescimento de apenas 0,3% ao ano, em média, nesse período. Em média, os recursos públicos do CONLESTE são provenientes de transferências constitucionais e voluntárias, o que lhes garante uma baixa autonomia financeira, ou seja, suas receitas próprias não são suficientes para sequer custear a máquina administrativa.

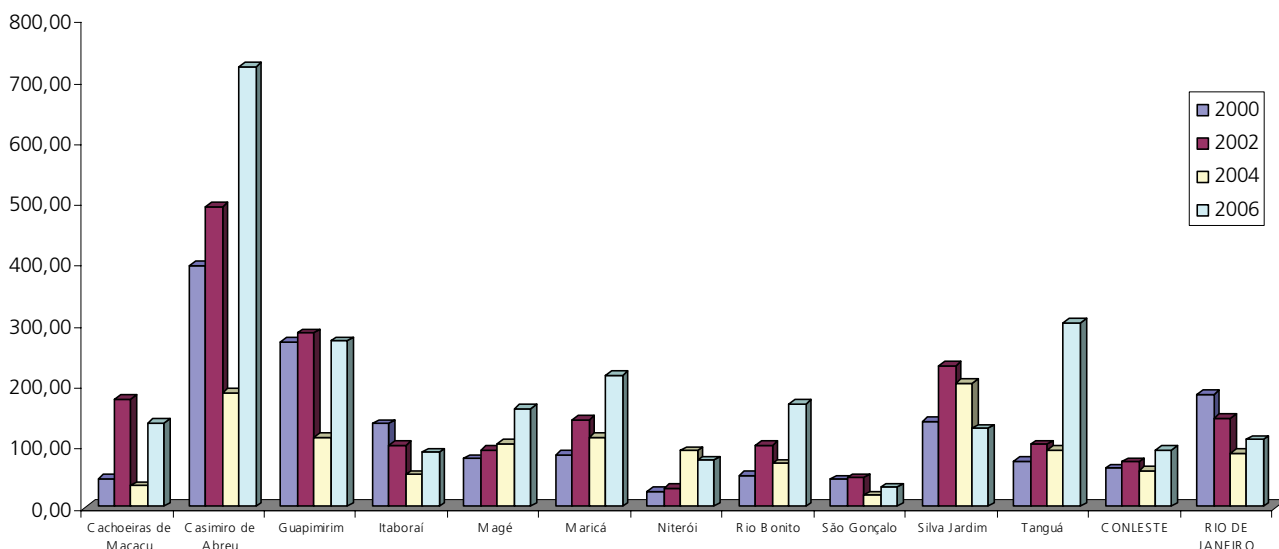
Para o conjunto dos municípios do CONLESTE, no período 2000-2006, a

Receita Orçamentária per capita corrente



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

Investimento público per capita



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

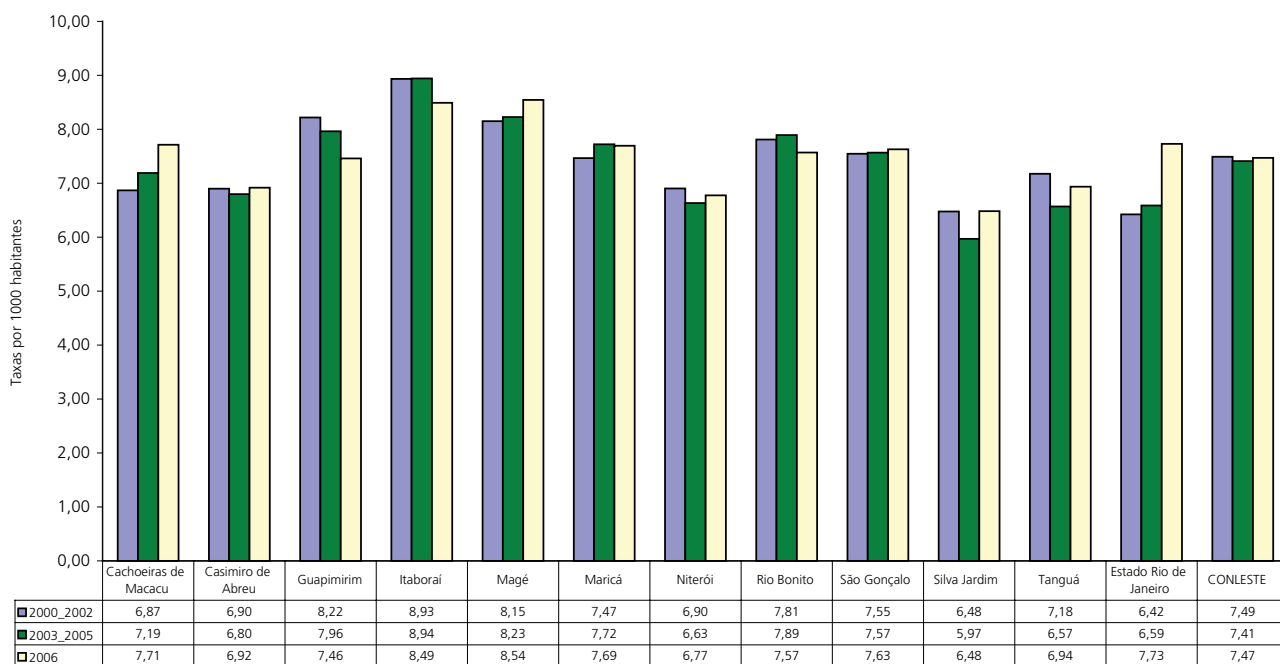
taxa de mortalidade geral padronizada mantém um padrão estável, em torno de 7,30 por 1000 habitantes. No período de 2000 a 2002, e no intervalo seguinte, Itaboraí, Magé e Guapimirim apresentam os índices mais elevados superando os do CONLESTE e do Estado. Niterói, Tanguá, Silva Jardim e Casimiro de Abreu registram as menores taxas, de 2003 a 2005, ficando abaixo do ob-

servado na região. Em 2006, taxas de mortalidade mais altas permanecem nos municípios de Magé e Itaboraí, que são novamente superiores às do CONLESTE e do Estado. Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Tanguá e Niterói apresentam os menores índices ficando abaixo da região e do Estado neste ano.

Para o conjunto dos municípios do CONLESTE, no período 2000-2006, a

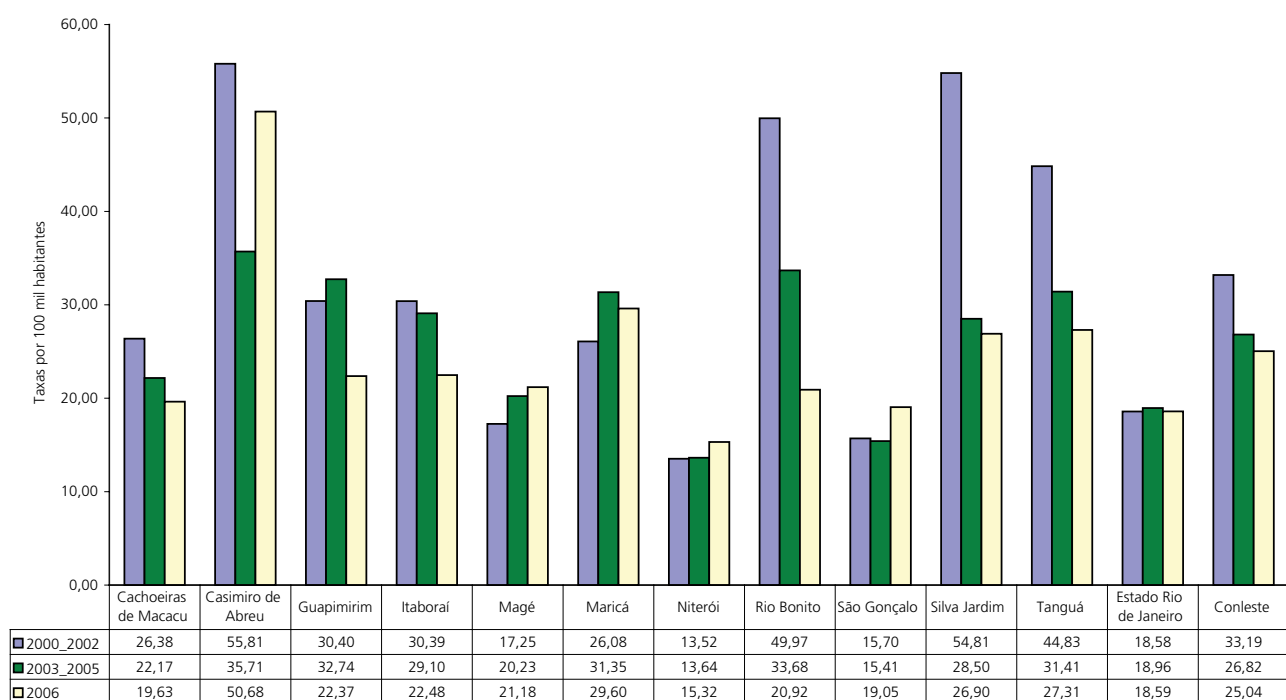
taxa de mortalidade por acidentes de transporte padronizada mantém um padrão decrescente, porém nota-se variabilidade no comportamento das taxas entre os municípios ao longo do período. Casimiro de Abreu, Magé, Maricá e São Gonçalo apresentam uma tendência crescente, enquanto que os demais municípios, tendência decrescente. De 2000 a 2002, Casimiro de Abreu, Silva

Taxa de mortalidade geral por 1.000 habitantes nos municípios do CONLESTE



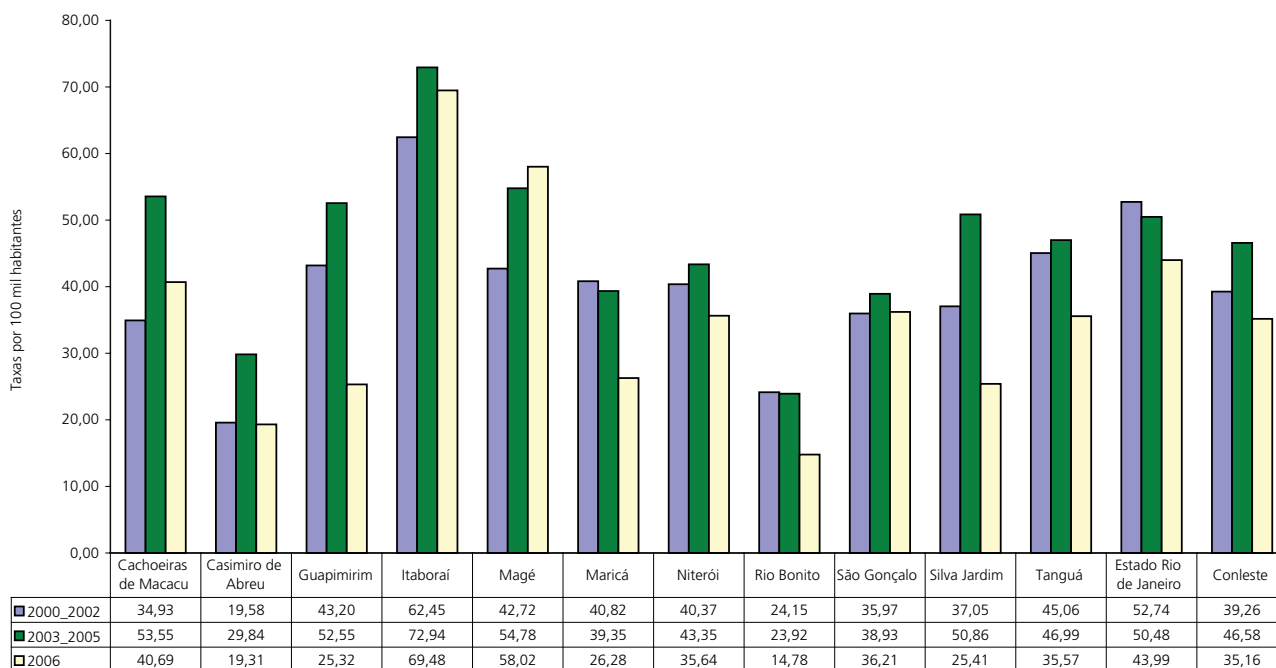
Fonte: SIM-DATASUS/ IBGE

Mortalidade por acidentes de transporte



Fonte: SIM-DATASUS / IBGE

Mortalidade por agressões



Fonte: SIM-DATASUS / IBGE

Jardim, Rio Bonito e Tanguá registram as taxas mais elevadas destacando-se dos outros municípios e ultrapassando as da região do CONLESTE e do Estado. Entre 2003 e 2005, o mesmo ocorre com Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Guapimirim, Tanguá, Maricá, Itaboraí e Silva Jardim. Em 2006, Casimiro de Abreu registra a maior taxa, sendo o dobro da região e do Estado. Comparado ao período anterior, nota-se uma queda das taxas na maioria dos municípios do CONLESTE, exceto em Casimiro de Abreu. Os municípios de Magé, São Gonçalo e Niterói registram um pequeno aumento, porém apresentam os menores índices durante os períodos analisados.

Para o conjunto dos municípios do CONLESTE, no período 2000-2006, a taxa de mortalidade por agressões mantém um padrão estável, porém nota-se variabilidade entre os municípios

do CONLESTE ao longo do período, em que Casimiro de Abreu, Itaboraí e Magé apresentam uma tendência crescente, enquanto que os demais apresentam uma tendência decrescente. No período de 2000 a 2002, Itaboraí registra a maior taxa, destacando-se dos outros municípios e ultrapassando o índice do CONLESTE e do Estado. Entre 2003 e 2005, Itaboraí, Magé e Cachoeiras de Macacu registram as taxas de mortalidade mais elevadas no período, concentrando 32% dos óbitos por agressão da região com índices superiores à região e ao Estado. Em 2006, as maiores taxas permanecem em Itaboraí e Magé. Comparado ao período anterior, nota-se em 2006 uma queda na taxa nos municípios do CONLESTE, exceto no município de Magé. Ressalta-se que Itaboraí apresenta os maiores índices durante os períodos analisados.

REALIZAÇÃO

ONU HABITAT
POR UN MEJOR FUTURO URBANO

PARCEIROS



APOIO

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense –
CONLESTE

Município de Cachoeiras de Macacu	Município de Niterói
Município de Casimiro de Abreu	Município de Rio Bonito
Município de Guapimirim	Município de São Gonçalo
Município de Itaboraí	Município de Silva Jardim
Município de Magé	Município de Tanguá
Município de Maricá	